



Câmara Normativa e Recursal (CNR)

Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de fevereiro de 2022

Em 18 de fevereiro de 2022, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), por meio de videoconferência, realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em Belo Horizonte. Participaram o presidente Thiago Figueiredo Santana, representante da Semad, e os seguintes membros titulares e suplentes: Representantes do Poder Público Estadual: Bruno Ferreira Costa, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Felipe Faria de Oliveira, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Mariana Gabriela, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra). Representantes do Poder Público Municipal: Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio; Eduardo Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Meirelene Arantes dos Reis, da Prefeitura Municipal de São João do Manteninha; Francianny Maria de Paula Souza, da Prefeitura Municipal de Viçosa; Paola de Oliveira Silva, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara. Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos: Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Jadir Silva de Oliveira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig). Representantes da Sociedade Civil: Helena Lúcia Menezes Ferreira, do Conselho Regional de Biologia (CRBio-04); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Carlos Eugênio Pereira, da Universidade

Federal de Uberlândia (UFU); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Campus Montes Claros.

Assuntos em pauta. Item 1) ABERTURA: O presidente Thiago Figueiredo Santana declarou aberta a 6ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, após constatado quórum regimental pela Secretaria Executiva. Presidente Thiago

Figueiredo Santana: “Eu vou fazer a leitura da pauta da reunião e peço para que, como já é um ritual nosso, que a cada item dessa pauta, caso haja algum destaque ou pedido de vista por algum conselheiro, até para ganharmos em celeridade e agilidade nas discussões das normas que obrigatoriamente teremos que deliberar nessa reunião”. **Item 2) COMUNICADO DOS**

CONSELHEIROS. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra à conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo (Instituto Guaicuy - SOS Rio

das Velhas): “Eu recebi por e-mail no dia 14 de fevereiro, uma resposta, na reunião feita por mim, uma demanda na reunião anterior é essa resposta, tinha a ver com o pedido da relação de outorgas que foram concedidas no ano de 2021 e só queria então compartilhar para conhecimento, porque a minha fala na reunião anterior era precisamente dessa questão de acesso à informação e a resposta então que eu recebi foi no sentido de que a planilha não está pronta. Acho que foram autorizadas em 2021, foi informado que ainda estava sendo consistida, pelos servidores da Diretoria De Planejamento E Regulação, que geralmente em todo o primeiro trimestre, o Igam inicia o tratamento de dados outorgados no ano anterior e, resumindo, informa que no caso na plataforma IDE-Sisema, só constam os dados do ano de 2020. E o que eu quero trazer aqui, diante desse retorno primeiro, então confirma que não se tenham acesso à informação. Embora todo o sistema por parte do solicitante, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas para recepção de outorgas, elas são todas informatizadas, através do auto informação. E as concessões, não se tenha acesso a essas informações a ponto de que no ano todo de 2021, foram concedidas outorgas e feita análises sobre questões de outorgas de água, sem ter na base do IDE-Sisema. Essas outorgas foram sendo concedidas, estamos começando o ano sem essa base de dados, ou

seja, fazendo decisões e tomando decisões sobre questões de usos de recursos hídricos ou novas intervenções em territórios sem ter uma plataforma de dados atualizada. Do total que foi concedido, que provavelmente foram milhares de outorgas concedidas em 2021. Fora isso, é só dizer que estamos diante de situações também muito preocupantes, tanto da qualidade quanto da quantidade de água para consumo humano, que na realidade é colocado que são as chuvas, mas quando a gente vai ver, cada caso tem muito mais a ver com questões de gestão ou de uso e ocupação do solo, de não devido controle ambiental e que a qualquer momento nós realmente poderíamos ter situações de colapso no abastecimento de água da população de Minas Gerais. Fora as questões que envolvem a biodiversidade. E nós estamos aqui no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e não se poderia deixar de fazer um informe, mesmo que assim, dessa forma ampla, sobre essa situação gravíssima. Então, estamos aí com questões que envolvem complexos minerários, mas também outras. Muitas preocupações das pessoas com o que está acontecendo com essas águas estão chegando nos cursos d'água e o que a qualidade da água pode significar para a saúde humana? É gravíssimo! Eu tinha aqui uma proposta, para esta Câmara, mesmo não sendo o Plenário do Conselho Estadual, a gente ter algum momento, um tempo para tratar dessas questões sistêmicas da gestão de águas em Minas Gerais, porque isso é chave, inclusive para se propor e deliberar sobre Deliberações Normativas. Era isso". Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Até conheço muito da questão da base de outorga, mas é a diretora, está aqui, ela termine, está com dificuldade para levantar a mão, mas ela pediu a palavra para fazer um esclarecimento à Senhora, sobre seu pedido é a manifestação foi emitida. A Jeane Carvalho é a Diretora De Planejamento, Regulação do IGAM". O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra à Jeane Carvalho (IGAM): "Boa tarde. Só para esclarecer que, embora essa base ela não esteja no IDE-Sisema, a nossa base oficial de análise de outorga é o SIAM. Então, todas as informações para a análise de disponibilidade hídrica, verificação de usuários, estão consistidas no SIAM. A questão é que a gente, ao final, emite um relatório e transporta para o IDE-Sisema todas essas informações que foram feitas ao longo do ano, para a publicação e também no relatório de conjuntura. Então, se não está

no IDE-, que não é a base oficial de realização das análises, não significa que as análises não sejam realizadas com as informações atualizadas. Cada processo que entra no SIAM, a gente abra o GeoSIAM e as informações estão lá. Faz a outorgada, solicitações para que a gente possa fazer o Balanço hídrico. Então, isso é feito sim, para que nós tenhamos essas informações todas no SIAM. Quando a gente termina, a gente faz essa consistência e transporta para o IDE-Sisema. Só para não parecer que a gente está fazendo uma análise em cima de informações não existentes. Inclusive porque a análise é toda regionalizada e todo mundo precisa ter essas informações para poder realizar o tipo de análise”. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra ao conselheiro Felipe Faria (MPMG): “Eu fiquei no aguardo da das informações para não ser repetitivo, de forma desnecessária. Apenas ia mencionar diante da manifestação da conselheira Maria Tereza, essa temática também que nos preocupa muito a questão das informações adequadas para fins da devida gestão do uso de águas. Há algum tempo eu tive acesso ao estudo, eu não vou conseguir citá-lo com todos os dados neste momento, por isso que eu falei de forma informal, que em alguns locais a foram feitas algumas amostras de vazão real de cursos d'água e mostrava-se que a vazão outorgada era muito acima do padrão real. O que acontecia que não faltava água era porque, obviamente, outorgas até um limite máximo, todos usuários não usavam simultaneamente os limites máximos das outorgas. Mas é algo extremamente preocupante, ou seja, outorgando-se muito mais do que aquilo que efetivamente se tinha no curso hídrico. Isso justamente em razão, acredito eu, que uma boa sistematização de dados de informação. Nesse caso, especificamente falando, vai além disso, além até mesmo de campanhas de monitoramento de vazão, para que a gente tenha abastecimento, dados públicos. É algo extremamente adequado e importante, estou completando, eu sei que fui um pouquinho até essa questão da quantidade outorgada, mas apenas para complementar e fazer quórum à preocupação da conselheira no que se refere a necessidade de um sistema de dados, não apenas que seja público transparente, mas, extremamente completo e atualizado. Sob pena de nós termos uma questão de águas comprometida, em que pese o esforço e engajamento de toda equipe do IGAM. Só para fazer esse comentário. Eu tinha baixado a mão,

131 porque eu vi que a haveria manifestação”. O Presidente Thiago Figueiredo
132 Santana passa a palavra à conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo
133 (Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas): “Eu agradeço a resposta dada pela
134 servidora do IGAM, mas deixando claro que a questão da informação
135 ambiental ela tem que ser disponibilizada para a sociedade em geral.
136 Inclusive, porque quando foi lançado o IDE-Sisema, eu acompanhei todos
137 esses processos de perto, está colocado nas próprias normativas do Estado,
138 que o IDE-Sisema é a plataforma do próprio interessado, empreendedor,
139 usuário, qualquer um que seja, ele precisa entrar no IDE-Sisema para ter as
140 informações oficiais, quando pretende apresentar uma demanda do
141 licenciamento ou autorização ou pedido de outorga. Então, é muito grave,
142 mas é muito grave mesmo que a plataforma IDE-Sisema não esteja com os
143 dados que a equipe do Igam e do Estado foi informado que existe sim para
144 poderem fazer as suas análises. Então é está havendo uma lesão, um ato
145 lesivo de acesso à informação, inclusive para os interessados em conhecer
146 até para apresentar demandas. Então, por exemplo, um caso então, algum
147 empreendedor ou interessado que queira saber se em uma determinada
148 área do território de Minas Gerais, como é que está a questão de outorgas
149 naquela área, onde ele pretende dar entrada num processo de outorga, ele
150 não vai ter a informação e vai estar um ano, no mínimo, defasada. E quando
151 a gente olha as listagens de outorgas concedidas, seja no bojo da
152 competência do Igam, seja no bojo da competência das Suprams, são
153 milhares. E são milhares com diferentes especificações, vazões, localizações,
154 sub bacias, etc. E isso tem total relação direta com disponibilidade e
155 qualidade de água e isso é inaceitável. Tem que ser em tempo real, porque
156 se as equipes do Estado dizem que tem acesso a essas informações, se
157 existem plataformas digitais que hoje possibilitam tudo ser feito online,
158 como se justifica que não se tenham essas planilhas concomitantes aos
159 lançamentos que são feitos no sistema online do Estado. Quero deixar aqui
160 mais uma vez o meu manifesto, baseado agora para além da minha vivência
161 diária com o próprio retorno dado pelo IGAM. Não temos atualizado, ou seja,
162 é o primeiro trimestre de 2022, vão ser sistematizados os dados do ano todo
163 de 2021 para colocar no IDE-Sisema. Enquanto isso, continuam sendo
164 concedidas novas outorgas em novos licenciamentos e corre o risco de

estarem sendo concedidos, inclusive com uso de água em porções do território que já ultrapassaram. E como promotor, falou um desses territórios eu acompanhei ao alto Rio das velhas, onde a quantidade de água outorgada ultrapassou em muito a disponibilidade hídrica, a partir das próprias normas, como a Q7-10”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Não vamos nos delongar sobre essa temática que carece mesmo de esclarecimentos para toda a sociedade, eu ia sugerir inserção do item de pauta sobre os aprimoramentos de outorga, que o IGAM tem feito e sobre a questão da gestão de bancos de dados e sistemas de outorga. Até para trazer aqui como funciona o processo de outorga e o modo de análise. Até para esclarecer algumas questões que separam escassez hídrica de conflito, porque são termos próximos, mais que dentro da operacionalização são diferentes. Então, como o próprio Felipe colocou, vão real em determinado momento, estar bem inferior à vazão outorgada. E quais são as ações que o IGAM toma nessas situações. Eu acho que é muito importante trazer essa informação aqui. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra ao conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Eu vou aproveitar a sua fala e a da Jeane, da Teresa Corujo e do Dr. Felipe, porque é o seguinte: além de toda essa complexidade, quem é do serviço público entende até um pouco mais, por estar ali envolvido com isso, entende um pouco mais as dificuldades da gestão pública de informações de dados. Mas, nós não podemos deixar de entender que existe uma lei que chama Lei de Acesso à Informação. E essa informação tem que se tem que ser disponibilizada de alguma forma. Então, eu te pediria que na nesse, nesse estudo que for feito, se considera a Lei de Acesso à Informação, porque ela pode é ser fundamental, até mesmo na forma de critérios para poder fazer essa consolidação de dados de informações, inclusive da criação da planilha para isso. Obrigado. Jeane Carvalho (IGAM): “Peço desculpas por interferir, mas a gente pode trazer também, não é para complementar a Lei de Acesso de Proteção De Dados, que foi isso que nos impactou muito, porque agora, para que eu possa publicar, eu tenho que omitir muitos dados em relação CPF, dados como endereço. Mesmo sendo com relação a dados pessoais, quando eu puxo a planilha, ela vem com tudo, todos os dados. No caso, eu preciso trata-la, para que eu possa publicar. Então, trouxe um impacto na

nossa organização. Nós temos que trazer as duas coisas, para ficar claro de como a gente tem feito os trabalhos”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “É por isso que eu falei da gestão pública, que fica difícil, não é fácil! Quem está dentro sabe a dificuldade que é. Nós temos 2 leis, uma restringe a outra, amplia. Então, você separar o que que amplia o que que restringe tem um prazo temporal aí, não estou querendo justificar nada para ninguém, está Tereza. É só simplesmente pedir que se fundamente essa sua reivindicação na Lei de Acesso à Informação, considerando a Lei de Proteção de Dados. Mas por exemplo, o número de outorga, quando foi outorgado, volume de outorga, isso não tem nenhuma restrição em termos de informação. Quem fez, o CPF, endereço, telefone, tudo bem, isso aí é uma coisa. Esses dados não devem ser colocados, mas a outorga, o volume outorgado e tal, isso não tem o menor problema. Isso não tem nenhum problema em termos da lei de acesso à informação. É por isso que é só pedir para fundamentar nela, por causa disso, obrigado”.

Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Então, a gente fica com esse compromisso de inserir numa reunião próxima para apresentar essa situação do aprimoramento, da outorga em Minas Gerais. A questão de banco de dados, a questão da disponibilização das informações, o aprimoramento, sistema de informação, que é algo extremamente importante hoje nesse mundo que é totalmente virtual. Uma próxima reunião, eu não garanto vir na próxima, já na do mês de março, mas que até na reunião de abril a gente realize isso para dar toda a segurança, de como gerir essa informação no Estado”. **Item 3) EXAME DA ATA DA 5ª RE DA CNR DO CERH-MG, DE 20/12/2021.** O Presidente Thiago Figueiredo Santana pergunta aos conselheiros se há algum. E não havendo inicia a votação. APROVADA. Votos favoráveis: MPMG, Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Viçosa, FIEMG, FAEMG, Ibram, Copasa, Siamig, CRBio-04, Instituto Guaicuy e CREA-MG. Abstenção: Segov (Justificativa: não participou da reunião); Ausências: Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Santa Bárbara, UFU e ICA-UFMG. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa ao próximo item. **Item 4) MINUTAS DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO: 4.1 Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação**

Normativa CERH-MG nº 69, de 09 de agosto de 2021 que estabelece normas gerais para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando suas competências, funções, composição e estrutura - SEI/Nº 2240.01.0000250/2021-57. Apresentação: Igam/Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa - GECBH. APROVADA COM ALTERAÇÃO. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra ao Conselheiro Antônio Geraldo (Prefeitura de Patrocínio): “Eu não sei se tenho tempo suficiente para ler o relato a todos. Então, eu vou fazer uma leitura rápida para o pessoal. ‘Considerando o pedido de vista da 5ª Reunião da CNR do CERH-MG, realizada no dia 20/12/2021, seguem abaixo o meu relato. As justificativas das minutas de Deliberação Normativa do CERH-MG, que altera a Deliberação nº 69, de 9 de agosto 2021, que estabelece normas gerais para subsidiar a elaboração dos regimentos internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas e considerando suas competências, funções, composição, estrutura. O item um, eu como presidente do Comitê de Bacia dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba – PN1, venho aqui representados os argumentos defendidos pelos meus pares do Fórum Mineiro de Comitês de Bacia, que foi discutido na 70ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro, de 24 e 25/11/2020. E que foi colocado em pauta o debate com relação a essa mudança na Deliberação nº 69 e a possibilidade de inclusão de Associação e/ou consórcio de municípios no segmento sociedade civil. Ressaltando que nesse procedimento contradiz o Decreto Estadual, nº 48.209 de 18/06/2021, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, onde inicia o artigo 25, assim definido: ‘Cada entidade ou órgão representante nas unidades colegiadas do CERH-MG terá um representante titular e dois suplentes, que o substituirão em caso de falta ou de impedimento’. Que o substituíram em caso de falta ou impedimentos e está lá no ‘§ 10 É vedada a participação no CERH-MG de associações de municípios e de associações de usuários de recursos hídricos como representantes de entidades da sociedade civil correlacionadas à temática de recursos hídricos’. Bom, o item 3 não é pelo critério de isonomia e o tratamento equânime, o Decreto cita mesmo se referindo ao CERH-MG. Serve como balizamento para a questão posta. Também uma deliberação

normativa não pode, em hipótese alguma, sobrepor a um decreto. Caracterizando uma ilegalidade, como se constata no caso. Sendo assim, apenas este item anula qualquer tentativa de imposição de uma regra que de antemão é ilegal. O item 4 nós do Fórum, entendemos que a Associação de Prefeituras não se enquadra dentro da categoria representação da sociedade civil, dando que isto claramente poderá provocar um desequilíbrio na qualidade entre os segmentos que compõem os Comitês. Sendo assim, nós nos posicionamos contra essa tratativa, inclusive em nenhum momento foi pactuada com voto. O item 5, caso essa questão se mantenha, repetimos, implicará na quebra da paridade porque os municípios estarão representados em 2 segmentos. Poder Público Municipal e também das Sociedades. Isto posto, proceder precedentemente, constata-se que lhes dará uma vantagem de representação, quebrando o principal instrumento de gestão democrática dos recursos, que é a paridade dos segmentos, como determina a Lei nº 99.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. No item 6, com certeza, o legislador busca, nos termos da lei, retro mencionada, a paridade que proporciona, assim, o sistema de não dominação de um segmento sobre o outro. Mas, que as suas decisões sejam aprovadas ou não, por meio de convencimento ou amparo legal das normas que regem os Comitês de Bacia Hidrográfica e também dos recursos hídricos, e não simplesmente por maioria de um determinado segmento. Item 7, a quebra dessa paridade de representação e por consequência, em acuidade dos votos entre os segmentos, distorce totalmente os princípios fundamentais de uma gestão compartilhada. O item 8, argumentação de que as Associações de Municípios se enquadram e entidades públicas de direito privado não se sustenta e uma análise de sua origem. Seus membros, integrantes e a origem de seus recursos por meio de contribuição de cada município, são recursos públicos e não privados. O 9º, acreditamos que essa questão em debate se trata de um grande equívoco de interpretação e de fácil solução, que podemos evitar traumas e transtornos em relação a relação do Fórum Mineiro de Comitês com os órgãos de Estado. A lei 13.199/29/01/99 dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, em seu artigo 36, assim definidas. 'Os Comitês de bacia hidrográfica serão compostos por: I – representantes do poder público, de forma paritária entre

o Estado e os municípios que integram a bacia hidrográfica; II – representantes de usuários e de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos, com sede ou representação na bacia hidrográfica, de forma paritária com o poder público’. 11. Pelo exposto, constata que, caso haja participação de uma Associação de Municípios em um Comitê, ela obrigatoriamente terá que ser inserida no inciso um do referido artigo, como acontece com diversos Comitês Mineiros. 12. Reforçamos nosso posicionamento de que criar uma associação pública, de direito privado, não altera finalidade pública. Dá mesmo assim colaborando por Maria Silva de Pietri, Direitos Administrativos da 14ª edição, e afirmar que a posição da Fundação Governamental Privada perante o poder público é a mesma das sociedades de economia mista e empresas públicas. Todas elas são entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado, pois todas elas são instrumentos de ação do Estado para consecução de seus fins. A Nota Técnica nº 163 de 2021, apresentada no tramite dessa matéria junto à CNR, deixa evidente o equívoco interpretativo das Leis nº 399/99 e a nº 99.433/97, anteriormente mencionada, que admite as entidades voltadas para recursos hídricos, Associações de Bacias Hidrográficas, do segmento da sociedade civil, pois tais referências têm levado a admissão de outros tipos de entidades, como o consórcio, associações de prefeitos também ocupam vagas na sociedade civil. A própria nota jurídica é retro mencionada deixa claro que se trata de uma manifestação opinativa. Portanto, cabe à essa CNR do CERH-MG, a competência para discutir e decidir sobre o assunto em tela. Não é somente pelo fato da instituição ser o direito privado ou público que deve definir o segmento ao qual ela será inserida. E sim, que a instituição que representa, posto que os CBHs são instâncias representativas e que carecem de equilíbrio entre as forças que os compõem. Para corroborar com os nossos posicionamentos e também a do Fórum Mineiro de Comitês de Palmas, Senado Federal, sobre a Associação de Municípios para a realização de objetivos de interesse comum, de caráter político representativo, técnico, científico, educacional, cultural e social. O projeto atualmente se encontra na Câmara dos Deputados para os devidos procedimentos político/administrativo, e com certeza dá o início da legislatura de 2022, no Congresso Nacional. Essa matéria será colocada em discussão, votação na

Câmara Federal. O projeto também apresenta as previsões sobre o que deve constatar nos estatutos de associações e estabelece ainda associações representação dos municípios filiados perante instância privada pública, judiciais e extrajudiciais. Certo de que esta Câmara evitará prejuízos às composições dos Comitês de bacia hidrográfica, nos colocamos a inteira disposição para alinharmos nosso entendimento sobre a matéria. Bom, a gente entende, assim como sou representante da prefeitura, que essas associações, consórcios, não deverão participar junto com a sociedade civil. Então, esse é o meu posicionamento. Bom, obrigado”. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra ao conselheiro Felipe Faria (MPMG): “Presidente, obrigado. Em primeiro lugar, a gente levantou uma discussão, acho que uns 3 meses atrás, sobre esse projeto, a primeira redação dessa minuta e trazendo a preocupação justamente com relação à temática da paridade. Além disso, a inconsistência, uma vez que possibilitaria que consórcios intermunicipais pudessem integrar cadeias, representa sociedade civil. Que para nós, traz 2 vícios. Um deles, além da questão da paridade, muito bem colocada hoje pelo conselheiro Antônio Geraldo. Mas, também porque consórcios intermunicipais, de depender do seu ritmo de formação, podem ter críticas de direito público. Características até de autarquia pública. Portanto, integrante, imitação indireta. Que, para nós também causava e uma certa incoerência. A nova redação que foi apresentada, traz alguns avanços. A gente tem que reconhecer. Tem um ponto, porém, que eu gostaria só a gente entender um pouco melhor que a do parágrafo décimo da nova redação, só para tirar assim que eu sou para entender bem como é que funciona essa questão. O porquê, só para me entender, apenas para evitar uma sobreposição, é assim, uma participação do paciente, determinada entidade só para confirmar se esse é o intuito mesmo. Em que pese ter havido um avanço, realmente em razão das primeiras considerações que havíamos feito, quando a gente analisa a manifestação da Procuradoria do IGAM, eu particularmente tenho uma discordância, no que se refere à seguinte conclusão: os consórcios intermunicipais, eles podem ter de fato, 2 tipos de natureza jurídica, de direito público e direito privado. Direito público já ficou muito claro aqui na nova redação que esses consórcios não podem figurar como representantes na sociedade civil. Já teve uma alteração da

redação anterior, então quando eu acho que concordamos plenamente. Foi esse ponto que a gente havia questionado no passado. Entretanto, é bem na linha que o conselheiro Geraldo mencionou, a Procuradoria conclui, salvo engano, de que quando esses consórcios, e a redação da essa brecha realmente, que quando esses consórcios intermunicipais têm personalidade de direito privado, como disse o conselheiro, eles poderiam figurar enquanto representante sociedade civil. Isso me parece, de fato uma manutenção daquele problema que foi lá atrás levantado sobre a paridade. Eu realmente tenho dificuldade em identificar isso como sendo algo que respeite essa equivalência de participação do setor privado. Eu acho que o mais importante não é só a personalidade jurídica, dos entes municipais de direito privado, no momento que se associam. Seja a título de associação de consórcio intermunicipal ou qualquer coisa que seja. Mas sim, quem efetivamente estão representando. Então é eu particularmente eu ainda insisto que, em que pese o avanço dessa redação que foi apresentada aqui no Colegiado, pelo poder público, a gente tem que deixar mais claro. Na verdade, tem que incluir 'uma redação para que o consórcio intermunicipal de direito privado pudesse figurar como representante da Sociedade Civil. Basicamente, é isso mesmo. Me alonguei um pouco, só para fazer um resgate, eu acho que tem que registrar aqui também o avanço que houve na redação. Não quero deixar de registrar isso não, mas eu acho que esse ponto ainda permanece carente de uma solução, obrigado". O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra à conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo (Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas): "Eu li o parecer de vista da Prefeitura, eu considerei muito oportuno. Bem colocadas as argumentações vindas do Fórum dos Comitês De Bacia e escutando agora o promotor, eu vejo que na realidade, a questão chave, que é colocar em risco a paridade, ela não foi ainda é equacionada. Então, eu não vejo como se deliberar sobre essa DN, sobre o risco de se estar realmente violando algo que é intrínseco a questão da paridade". Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Eu queria fazer uma colocação, senhores Conselheiros, hoje, nesse momento, ainda está vigorando na íntegra a Deliberação Normativa número 69, de 2021. Eu queria somente fazer a leitura do parágrafo sétimo, do artigo sexto, para até esclarecer o que hoje vigora e o que está colocado na minuta

que altera a deliberação nº 69, para termos ciência de como tramitar discussão: § 7º, do artigo 6º ‘É vedada a participação de associações de municípios e associações de usuários como representantes de entidades da sociedade civil, ligadas aos recursos hídricos. Essas associações aqui, independente da figura jurídica, da personalidade jurídica de cada uma, poderão participar, respectivamente, nos segmentos do poder público municipal, ou seja, associações e consórcios municipais, independente da personalidade e usuários para associação de usuários’. Então, é só para colocar aqui o que vigora hoje. Ele caminha ao entendimento que foi colocado pelo parecer do Fórum, pela manifestação do conselheiro Felipe também, senhora Maria Teresa, é só para a gente colocar o que há de vigência hoje. A proposta advém ao disposto, vai fazer alguns esclarecimentos também, uma manifestação do setor jurídico do IGAM, de revisão da norma”. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra à Lourdes (lgam): “Boa tarde, pessoal, é um prazer estar aqui com vocês. Era isso mesmo Thiago. Na verdade, a Deliberação Normativa nº que está em vigor, traz exatamente isso que está sendo discutido aqui. Que as Associações e Consórcios de Município façam parte do Poder Público Municipal. Eu queria falar que além disso, essa nova redação está trazendo o que o conselheiro do Ministério Público, pontuou, eu não sei se ele queria falar mais alguma coisa, com relação ao parágrafo décimo do artigo 6º, que fala: ‘não poderão participar da composição do CBR as regionais locais setoriais e os consórcios ações intermunicipais que venham exercer funções de entidades equiparadas’. O parágrafo 8º traz o seguinte: ‘Os consórcios públicos do município de direito público somente poderão participar como representante, poder principal, sendo vedado aos municípios que entreguem os consórcios pleitearem uma vaga isolada no respectivo CBH’. Então, é a diferença que nós estamos discutindo hoje, do que foi apresentado e da deliberação que está em vigor, que é Deliberação nº 69, de 9 de agosto 2021, é esse parágrafo oitavo, que foi uma recomendação da Procuradoria Jurídica. Então, na verdade, o que está sendo discutido aqui hoje é Deliberação nº 69, de 9 de agosto 2021 é o que está escrito na Deliberação nº 69, de 9 de agosto 2021 que você leu. A diferença é que nós acrescentamos nessa nova deliberação foi recomendação da Comissão

Jurídica e também o parágrafo 8º.” O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Se a gente está substituindo uma deliberação por outra, já houve um avanço que o Doutor Felipe até destacou sobre minuta anterior. Eu Acredito, pelo início da linha ‘Profissão de fé de ambientalista’, que a grande parte dos colegiados, a função principal da criação de colegiado é a participação. Quanto maior o número de participantes e de setores representativos, melhor o debate, melhor a discussão. Esse era o princípio e isso vem mudando. Então, apesar de eu achar que toda a opinião da Procuradoria a respeito da legalidade do assunto, eu ainda acredito que a paridade ficou prejudicada. E como eu acredito que o colegiado é um local de representatividade e você não tiver paridade, esse colegiado não tem uma finalidade objetiva. Então, eu prefiro, Thiago, que é não vou sugerir, não vou falar, mas eu acredito que, como houve um avanço da minuta anterior para essa minuta, sem querer entrar no mérito da Deliberação nº 69, de 9 de agosto 2021. Porque nós estamos tentando melhorar Deliberação nº 69, de 9 de agosto 2021. Eu acredito que nós poderíamos caminhar para uma minuta melhor ainda, numa sequência natural de deliberação para aprovação. É essa minha opinião”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Conselheiro, só para gente ter uma conclusão bem clara, em que aspecto a gente poderia melhorar essa proposição? Só para ver se a gente consegue aglutinar ideias aqui”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Thiago, eu particularmente pediria para você para tirar de pauta, levar novamente os termos em que foram discutidos aqui, que foram apresentados pela Prefeitura de Patrocínio. O prejuízo que haverá nas questões de isonomia, de representatividade. Que não está resolvido. A questão de direito público/privado e adia a definição do que é público está muito bem imposto pela procuradoria. O parecer jurídico atendeu perfeitamente isso, no meu modo de vista, mas deixou também muito claro que deixaríamos de ter uma representante de representatividade e qualidade. Então, eu acho que você colocar em risco uma minuta na tentativa de melhorar uma minuta anterior. Mas como a gente não pode definir o cenário futuro para qualquer tipo de intenção, ou seja, eu tenho que pensar no que que é real e o que que é fático. Eu particularmente sugeriria a retirada

da minuta e aprimoraria a minuta no sentido que o Doutor Felipe, a Teresa e que principalmente a prefeitura de Patrocínio colocaram, para proteger, poder preservar a isonomia da representatividade e da participação de qualquer setor. Não estou falando setor produtivo, setor popular em nada. Quem está saindo perdendo é a sociedade civil. Porque na verdade, está sendo delegada uma representação ao órgão público, mesmo, mesmo que seja um órgão público indireto, da administração indireta, uma Fundação uma autarquia, ou outra coisa qualquer e poderia participar. Mas, então eu acredito que o melhor caminho seria esse”. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra à conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo (Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas): “Eu bato, mais ou menos, nessa mesma tecla porque, embora independente de terem observado melhorias à minuta da DN que está posta hoje, ela continua mantendo que os consórcios públicos dos municípios, conforme parágrafo 7º, coloca que eles poderão participar como representantes da sociedade civil. Mesmo sendo consórcios públicos de municípios, o que traz a questão do poder público ocupando vaga da sociedade civil. Então, era só para reforçar que o que foi apresentado pela Prefeitura de Patrocínio e as observações já trazidas elas realmente demandam que não se delibere a minuta da forma que está aqui ainda coloca em risco a questão da paridade”. O presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra ao conselheiro Felipe Faria (MPMG): “Presidente, obrigado. Eu tenho uma sugestão: estou alinhado com o quê os colegas conselhos pontuaram. Mas eu acho que não está muito difícil para fazermos uma proposta alternativa de texto. E se o Senhor entender pertinente, coloca em votação. Para alinhar isso, obviamente sem prejuízo da votação do texto que foi apresentado, pelo colegiado, não estou querendo que forma alguma acolher essa possibilidade. Na redação do parágrafo oitavo, consta o seguinte: ‘os consórcios públicos de municípios de direito público somente poderão participar como representantes municipal’. Se nós alterarmos para colocar o seguinte: ‘os consórcios e associações de municípios, somente poderão participar como representantes do poder público municipal’. Eu entendo que a gente consegue é suprir essa preocupação nossa, por quê? Porque a gente está falando que, independente da forma como há uma associação de municípios e é consórcio

intermunicipal, se a associação é direito público e privado, eles podem participar só aqui na cadeira, no setor público. Então, acho que aí talvez a gente consiga suprir essa preocupação com uma alteração simples de uma redação alternativa, sabe? Sugiro a apreciação da presidência. E vou colocar no chat a sugestão, para ficar mais fácil". Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Só uma situação Conselheiro: você fez a sua sugestão para alterar o parágrafo 8º, correto? Mas, mantendo o parágrafo sétimo, ele veta, não"? Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): "No caso, teremos que excluir o parágrafo sétimo e completar o parágrafo oitavo. É isso que eu ia falar. Por que assim, a gente sai daqui com a DN pronta. É porque assim tem que ter essa compatibilidade". O Presidente Thiago Figueiredo Santana: "E aí eu faço uma pergunta para Lourdes que acompanha o processo de Deliberação nº 69, desde o início da sua elaboração". Maria de Lourdes Amaral Nascimento (GECBH). "Essa proposta do conselheiro Felipe, já está contemplada na Deliberação. É isso que queria que você verificasse novamente, por gentileza Thiago, já que você está com ele em mãos. O artigo aí, então assim ela já está contemplada na minha versão nova. A única diferença é o artigo que nós trouxemos por recomendação da Procuradoria, que é o parágrafo 10. Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Lourdes, eu vejo tudo como sendo contemplado, hoje pela DN nº 69". Conselheiro Felipe Faria (MPMG): "Parece-me que o parágrafo décimo seria uma novidade, sim". Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Não, ele seria o 8º, do atualmente vigente". Conselheiro Felipe Faria (MPMG): "Então, a nossa manifestação seria pelo indeferimento mesmo". Maria de Lourdes Amaral Nascimento (GECBH): "Então, na verdade a continuação do parágrafo Oitavo, que fala: 'Sendo verdade aos municípios que integram o consórcio pleitear uma vaga isolada no respectivo CBH'. Então, na verdade, a diferença da DN nº 69 é que não fala isso, que o município que integra o consórcio: é vedada a sua participação no Comitê". Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): "Thiago, eu acho interessante o seguinte: Você tem entidades públicas de direitos privados colocados como representante da sociedade civil. Não pode? Quando você coloca qualquer coisa, o município é a pessoa jurídica. A Prefeitura e a Câmara, não. Mas, quando você coloca uma associação de municípios ou um consórcio intermunicipal, você colocou o

município. É uma forma de um eufemismo. É como se você quisesse tirar uma visão de uma coisa que está aos olhos de todos. Então, esse que eu acho que eu enfraquecimento doutor Felipe. Eu entendi perfeitamente o que o senhor falou, concordo plenamente, mas eu ainda acho que nós temos que desenvolver um pouco mais. Exatamente porque permitir recursos... Lei é um problema, porque se faz a lei, depois alguém que se sentir prejudicado faz uma lei que contraria aquela lei anterior. Ou seja, então é melhor a gente entrar em consenso sem qualquer adversidade em termos ideológicos ou qualquer coisa nesse sentido e buscar realmente o objetivo inicial do colegiado, que é a participação e a representatividade isonômica".

Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Deixa eu só fazer um comentário aqui. Bem, é só pegando as contribuições que surgiram aqui, nós temos, postas. A proposta que traz a segregação: 'Os consórcios públicos e das associações municipais, um no segmento do poder público municipal e outro da sociedade civil' e ainda inserindo essa nova situação da 'vedação de municípios que compõem os consórcios públicos, na participação por dupla representação'. As demais colocações, nos artigos nono e décimo, na proposta, eles já estão contemplados na atual deliberação. Eu gostaria de fazer uma sugestão: Primeiramente, uma votação exclusiva sobre a questão dos consórcios e associações municipais. Estou colocando como sua gestão. A votação sobre a proposta que está colocada, ou a manutenção da atualmente vigente. Atualmente vigente é posto que 'consórcios públicos e associações intermunicipais compõem o segmento do poder público municipal'. A proposta que está posta, ela traz essa segregação, 'consórcios públicos no poder público municipal e associações intermunicipais no segmento da sociedade civil'. Seguente, eu indicaria a votação em separado da inserção de um novo artigo que seria: 'É vedado aos municípios que integram os consórcios públicos municipais pleitearem uma vaga isolada no Comitê de bacia". Que é uma inovação que traz na leitura da procuradoria para evitar dupla representação daquele ente. Eu gostaria de fazer essa sugestão aos senhores que a gente poderia tramitar para o modo decisório, esse item. Eu coloco em discussão a manifestação dos senhores, favorável ou contra. Conselheiro Felipe Faria (MPMG): "Presidente, de acordo com a sua sugestão, o segundo item é apenas se o primeiro for indeferido, né? Do

contrário, não faria sentido só para esclarecer. Ou seja, se indeferido a multa na forma como se encontra, permaneceria 'consórcio associações de municípios, só setor público, associações de usuários só no setor, sociedade civil'. Assim, nós colocaríamos, então, apenas essa hipótese em votação, essa inovação trazida, perfeito? Só para tirar alguma dúvida. Conselheira Denise Bernardes Couto (Fiemg): "Perdão, o que que ficaria com o poder público e o que é que ficaria como sociedade civil"? Conselheiro Felipe Faria (MPMG): "Posso tentar fazer um resumo, rapidinho? É só para ver se os nossos entendimentos estão corretos. Se nós votarmos pelo indeferimento, 'indeferimento', permanecerá como? Aí permanece como, 'independente da figura como os municípios se componham na associação ou consórcio, só podem representar cadeira do setor público e associação de usuários. Sociedade civil'. Isso se for pelo indeferimento. Se nós indeferirmos, ou seja, permanece tudo como se encontra. Aí sim, presidente colocaria uma versão alternativa que não tem a ver com questão de paridade, está discutindo, mas tem a ver apenas com sobreposição, que é uma sugestão da procuradoria que fogem dessa polêmica que foi levantada, aqui hoje, e anteriormente por nós. Só que não sei se eu consegui resumir bem presidente, só para tentar contribuir". Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Perfeito, Felipe. E aí, Denise, a votação, ocorrendo o indeferimento, ela seria exclusivamente da vedação da participação de municípios que compõem essas associações ou consórcios. Para não haver dupla representação. Exemplo, uma associação x que representa o município de Belo Horizonte, Belo Horizonte não poderia pleitear uma vaga naquele CBH, porque ela teria duplo voto. Entendido pessoal? Eu gostaria que todos se manifestassem. Então, vamos entrar em regime de votação sobre a proposta de alteração da DN nº 69. Secretaria executiva, por gentileza. Vamos entrar em regime de votação. A gente vai colocar em votação a Deliberação número 69 na íntegra, como está posta nesse primeiro momento e depois nós colocaremos em votação a proposta 'parcial do artigo oitavo', que a gente vai redigir". Conselheira Denise Bernardes Couto (Fiemg): "Senhor Presidente, a Ana Paula da Faemg colocou uma sugestão aí no chat, e eu acho que é interessante, apesar do resumo que foi feito, acho que é interessante para que as pessoas não se confundam para colocar na tela realmente que está sendo votado. Se votar pelo

indeferimento, permanece a redação atual, que o consórcio de município, independente de público privada, na vaga do poder público municipal. É interessante a gente colocar isso para não haver confusão na hora da votação. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Perfeito! A votação favorável, a proposta segrega as Associações e consórcios dentre vagas do poder público municipal e sociedade civil. O indeferimento, mantém ambos no poder público municipal. Fica claro, senhores? É só para esclarecer, não que seja tendencioso. É só para dar clareza aqui, porque a proposta da minuta já está clara e foi disponibilizada essa informação que é constante aqui, é só para dar clareza no processo de votação. OK senhores? Para não haver qualquer questionamento de ser tendencioso. Nosso papel aqui, é ser isento na presidência e vocês que tem o poder de voto aqui. O presidente só tem voto de qualidade”. INDEFERIDO! Votos contrários: Segov, MPMG, Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de São João de Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Fiemg, Faemg, Ibram, Copasa, Siamig, CrBio-04, Instituto Guaicuy, Crea-MG (Justificativas: todos por questões de paridade), Prefeitura de Belo Horizonte (Justificativa: por questões representatividade e de paridade). Ausentes: UFU, ICA-UFMG. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Desculpe não levantar a mão, mas é só porque eu queria destacar a evolução a forma como foi abordada pela última nota jurídica que foi muito bem colocada, muito bem-posta a apesar de ter colocado que foi uma pena mesmo, mas na verdade foi muito bem colocada, muito bem explicitada, a questão do que é público, do que é privado e que representatividade. Eu queria destacar isso que eu acho que é muito importante, obrigado”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “A proposta foi indeferida na íntegra. Mantem-se o conceito de associações intermunicipais e consórcios públicos compões no segmento do poder público municipal. Bem! Agora, eu vou fazer oralmente a proposta para que nós possamos absorver parcialmente o que está colocado no artigo oitavo. ‘É vedado aos municípios que integrem os consórcios públicos municipais, do parágrafo anterior, pleitearem uma vaga isolada no respectivo CBH’. Essa é a proposta que entra em votação agora. Ficou claro? A proposta é: ‘É vedado aos municípios que integram os consórcios públicos municipais e associações intermunicipais pleitearem

uma vaga isolada respectivo CBH'. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra, para que ele possa aprimorar, ao conselheiro Felipe Faria (MPMG): "Senhor presidente eu coloco até os demais colegas do colegiado. Particularmente, eu não vejo nada a aprimorar. Eu pergunto aos demais colegas se eles vêm alguma coisa para aprimorar a redação. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): "Eu acho que a ideia é, se tem um consórcio ou uma associação intermunicipal que faça parte do Comitê, então o município separado não vai fazer, porque já está contemplado ali. Pergunto porque está escrito: 'é vedado aos municípios pleitearem uma vaga isolada no respectivo CBH'. Então, é vedado aos municípios que já pleiteiam uma vaga no Comitê, já tenham uma representatividade. Porque desse jeito parece que ele fazer parte de qualquer consórcio público, ele não pode pleitear uma vaga no CBH. Entrar". Entendi, se o consórcio quiser entrar, bloqueia o município de entrar também. Só que existe o consórcio, entendeu? É um consórcio que esteja lá presente no Comitê". Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Posso fazer uma gestão? Após a palavra intermunicipais: 'desde que estes componham o Comitê de Bacia pleitearem uma vaga isolada no respectivo CBH'. Conselheiro Antônio Geraldo (Prefeitura de Patrocínio): "Thiago, deixa eu só tirar uma dúvida: se for uma associação ou um consórcio, que todos os municípios fazem parte, aí eu vendo essa questão e não tem outros municípios, por exemplo, são 8 vagas ou 9 vagas. E aí"? Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Antônio Geraldo, o entendimento, e aí eu acho que é algo que ficou muito bom na Nota Jurídica, é que o consórcio existisse, ele representa todos aqueles municípios. Então, ele está ocupando uma vaga e o município também, de exemplo que eu seja representante, nós votaríamos a mesma tendência. A gente tem que lembrar, mesmo que cada conselheiro ele tem autonomia para votar e cada voto tem o mesmo peso. Independente, se está no mesmo segmento. E aí é uma articulação entre o município e o consórcio ou associação que ele compõe. Para ter a articulação na hora de se propor a compor um Comitê de Bacia. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra à Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira (CRBio-04): "No momento que você está propondo, então desmembrar o parágrafo 8º e criar um novo parágrafo. É isso? E aí, ao desmembrar, considerando a votação

675 anterior, ficaria o parágrafo oitavo: ‘Os consórcios públicos de municípios de
 676 direito público’? Então, como é que ficou que as associações? Não, não à
 677 parte que nós estamos desmembrando, sendo vedado isso aí. Eu, Band, que
 678 a proposta é verdade. Os municípios, eu me refiro à primeira frase do
 679 parágrafo oitavo”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Então, essa
 680 primeira frase, ela já está fora. Aquela sua primeira frase está fora porque
 681 com o indeferimento da alteração da Deliberação nº 69, os consórcios e as
 682 associações, ambos compõem o poder público municipal. Foi votado
 683 anterior. Agora esse novo parágrafo, traz uma proposta isolada de vedação
 684 a municípios que compõem aquelas associações e consórcios intermunicipais
 685 que compõem o Comitê de bacia. Ele é exclusivo, é isolado”. Conselheira
 686 Helena Lúcia Menezes Ferreira (CRBio-04): “Compreendi Thiago. Mas a
 687 redação, pelo menos no que está aqui, abri o arquivo com a minuta que
 688 vocês encaminharam, vai ter que mexer no oitavo, porque não estão sendo
 689 incluídas as associações”. O Presidente Thiago Figueiredo Santana: “A
 690 proposta que nós redigimos está na tela, contempla os consórcios e as
 691 associações. Do que tem hoje na minuta da proposta, vai ser isso. Todo o
 692 resto já foi indeferido”. Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira (CRBio-
 693 04): “Então, está certo. Saí o sétimo e o oitavo e a proposta é essa. Entendi,
 694 compreendi, obrigada”. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a
 695 palavra à Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Instituto
 696 Guaicuy: “Só para saber um esclarecimento. Se é necessário, colocar a
 697 questão do direito público e direito privado ou se não é necessário”?
 698 Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Na verdade, hoje, pela proposta é
 699 indiferente, a personalidade jurídica. Então, público ou privado, ambos vão
 700 estar na forma que atualmente US. Na sequência o presidente passa a
 701 palavra à Conselheira Denise Bernardes Couto (Fiemg): “Eu escrevi aqui no
 702 meu um caderno uma proposta. Vai na linha do que está sendo proposto.
 703 Não sei se vocês concordam, eu só mudei um pouco a frase: ‘Os municípios
 704 que integrem os consórcios públicos municipais ou associações
 705 intermunicipais que componham o CBH não poderão pleitear vaga isolada
 706 no respectivo Comitê de bacia’”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de
 707 Belo Horizonte): “É a mesma coisa, porém com outras palavras exatas, só
 708 mudei um pouco”. Maria de Lourdes (Igam): “Thiago, acho que ele vai ter

709 que colocar o privado também, Maria Tereza falou, não”? Presidente Thiago
710 Figueiredo Santana: “ É que, na verdade, a DN nº 69 não traz essa questão
711 de público ou privado. É genérica, então, compõe o mesmo segmento,
712 independente da personalidade. Do contrário, nós teríamos que alterar o
713 artigo da norma atualmente vigente, teria que propor uma nova redação”.
714 Na sequência, o Presidente Thiago Figueiredo Santana faz 2 (dois)
715 comunicados: Primeiramente, quanto ao prazo para o envio dos relatos de
716 vista. Só para todos se lembrarem, será no dia 8 de março, Dia da Mulher.
717 Para quem pediu vistas em algum dos processos pautados. Outra situação,
718 como é regular nas nossas reuniões, quando o item tem pedido de vista e
719 não há discussão para a gente não ter dupla discussão, até para as pessoas
720 poderem concluir uma argumentação e uma confusão sobre o item pautado.
721 Os que estão inscritos externos, eles não participam dessa reunião e ficam
722 convidados para a próxima reunião para poderem expor suas colocações,
723 suas visões sobre os temas, porque o item não entra mais em discussão.
724 Exemplo: item 4.4 e 5.1. OK, senhores, que estão como externos. Entrará na
725 reunião, o inscrito para o item assuntos gerais, que há um inscrito. Obrigado.
726 Isto posto, eu vou fazer a leitura do artigo proposto para ser mantido na
727 alteração da DN nº 69. ‘Os municípios que integram os consórcios públicos
728 municipais e associações intermunicipais, que compõem o CBH não poderão
729 pleitear vaga isolada no respectivo Comitê de bacia’”. O Presidente Thiago
730 Figueiredo Santana passa a palavra à Conselheira Ana Paula (Faemg): “Eu
731 sugiro em vez ‘não poderão pleitear vaga isolada’, colocar ‘não poderão
732 ocupar vaga isolada’, porque vai ter uma situação que o consórcio não
733 compõe, porque ele não está, ele vai, ele vai pleitear. Como município, pode
734 pleitear também se o consórcio perder o município, que vai ser obrigado a
735 não concorrer e o consórcio perdeu porque não entregou documentação.
736 Então é depois que tem as votações, na apuração é que vem: não pode
737 ocupar 2 vagas dessa forma. Maria de Lourdes (Igam):” Será que não seria
738 melhor colocar consórcios intermunicipais? Porque a gente não, traria essa
739 questão de público ou privado. Porque se eu deixar consórcio público,
740 quando nós fomos fazer o edital, eu vou ter problema com o consórcio
741 privado, quando entrar o contexto”. Presidente Thiago Figueiredo Santana:
742 “Ok! Você pode tirar por gentileza”? Conselheira Denise Bernardes Couto

(Fiemg): “Mas, pelo que a Lourdes falou, seriam intermunicipais. Isso! Consórcios e associações intermunicipais”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: Ótimo. Chegamos num alinhamento. Senhores, em regime de votação, para inserção do artigo, no caso é um parágrafo do artigo sexto da deliberação número 69. Em votação quanto à sua aprovação ou não. Favoráveis: Ministério público, Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Fiemg, Faemg, Ibram, Copasa, Siamig, CRBio-04, Instituto Guaicuy, CREA-MG. Ausentes: Segov, UFO. **Aprovado, por unanimidade. 4.2 Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa CERH-MG nº 69, de 09 de agosto de 2021 que estabelece normas gerais para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando suas competências, funções, composição e estrutura - SEI/Nº 2240.01.0007142/2021-19. Apresentação: Igam/Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa - GECBH. APROVADA COM ALTERAÇÃO.** Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Retorno de Vistas pelo conselheiro Antônio Geraldo de Oliveira. Aqui é relativo ao prazo de adequação dos sentimentos internos atualmente vigentes, houve a proposta. Antônio Geraldo, o senhor tem 10 minutos para a sua manifestação”. Conselheiro Antônio Geraldo (Prefeitura de Patrocínio): “Eu vou ser bem rápido Tiago e conselheiros. Considerando o relatório do 4.3; Considerando o pedido de vista solicitado na 5ª RO reunião do da CNR, realizada no dia 20 de dezembro de 2021; Considerando que a minuta da Deliberação Normativa do CERH-MG, que altera a DN nº 69/2022, propõe a dilação de prazo para adequação dos regimentos internos, dos CBHs para 240 (duzentos e quarenta) dias, com vencimento em 23/04/2021; Considerando que o início da atualização do regimento interno, dá somente após aprovação das alterações da DN CERH-MG nº 69/2021; e Considerando que o trâmite de alteração dos regimentos internos (elaborar a minuta do regimento com as devidas alterações; enviar para a Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas para elaboração de parecer técnico e, posteriormente, encaminhar para a chancela da Procuradoria; Pautar para deliberação com quórum de 2/3), é burocrático e criterioso; Percebemos que

777 há uma necessidade maior neste sentido que sugerimos aqui ser 300 dias,
778 passando dia 23 de abril para o dia 22 de junho de 2022, para que os Comitê
779 possam estar se readequando os seus regimentos internos, né? Colocamo-
780 nos à inteira disposição ara alinharmos e entendimentos. Então, ao invés de
781 ser no dia que está bem próximo, e os Comitês não vão dar conta e ver se
782 reunir e discutir essas questões. A questão do regimento, nós estamos
783 propondo para dia 22 de junho de 2022, para que eles possam ter um prazo
784 maior para discussão”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “OK, obrigado!
785 Em síntese, a proposta colocada traz o prazo para adequações, regimentos
786 internos em até 240 dias. A proposta trazida pelo relatório de vistas do
787 Antônio Geraldo, da Prefeitura de Patrocínio, altera de 240, porque de
788 devido a todo o trâmite que nós tivemos dessas definições da discussão
789 anterior para 300 dias. Alguma objeção desta alteração proposta pela
790 Prefeitura de Patrocínio, a minuta pautada? Conselheira Ana Paula Bicalho
791 de Mello (Faemg): “ Existe algum levantamento de quantos Comitês já
792 fizeram essa adequação? Quantos que faltam? Como é que está? Porque, a
793 depender da resposta desse levantamento, pode ser que os 60 dias a mais
794 pedidos também nem sejam suficientes”. Presidente Thiago Figueiredo
795 Santana: “Um grande gargalo na Paula é porque nós precisamos iniciar o
796 processo eleitoral de recomposição do Comitês de Bacias mandato. E
797 provavelmente nós teremos que prorrogar os mandatos porque o edital de
798 composição do processo eleitoral já deve estar a luz do regimento alterado.
799 Então nós temos que trabalhar isso junto com os Comitês de forma célere.
800 Nós do Igam, vou fazer uma manifestação institucional, nós achamos
801 prudente o prazo de 300 dias. Até para não comprometer mais esse processo
802 eleitoral que já foi comprometido por toda essa discussão que nós
803 concluímos a instantes. E que nós estamos sendo cobrados por isso”.
804 Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Eu colocaria pelo menos
805 mais 3 (três) meses porque pensando aí, até publicar a norma, os Comitês se
806 articularem para reunirem, para discutirem, não vai sair em uma reunião só
807 sai, mas talvez duas, se for corrido... Então, alguém pede vista, vai para
808 terceira. Eu colocaria no mínimo 3 (três) meses. Eu colocaria 4 (quatro)
809 meses para falar a verdade. Para não ter que voltar com um novo pedido de
810 prorrogação, de nova mobilização dessas pessoas aqui para discutir esse

assunto de novo”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Ana Paula, o proposto pelo Antônio Geraldo é de 4 (quatro) meses, mesmo”. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Eu contei como se fossem 2 (dois) meses, há adicionais. Então esquece, tudo bem”. O Presidente Thiago Figueiredo Santana passa a palavra a Conselheira Denise (Fiemg): “Eu estava querendo saber, acho que existe alguma norma que defina qual seria o prazo máximo que os Comitês têm para poder fazer essa alteração. Eu não estou me lembrando aqui agora”. Maria de Lourdes (Igam): “É a DN nº 69. Ela vem exatamente na linha 9”. Conselheira Denise (Fiemg): “Qual é o prazo que a DN nº 69 estabelece, Lourdes. Por favor”. Maria de Lourdes (Igam): “A DN nº 69 está dando 180 (cento e oitenta) dias”. Então, a DN nº 69 foi publicada em agosto. Mas, aproveitando a oportunidade, a Ana Paula perguntou sobre os Comitês. Bom, nenhum Comitê ainda, a não ser o Suaçuí, que estava querendo alterar uma outra questão no regimento dele, encaminhou ainda alteração do regimento. Justamente por que nós pedimos para aguardar a alteração da DN nº 69. Porque não adiantaria eles encaminharem, para depois terem que caminhar novamente. Nós fazemos um parecer técnico e depois todos esses sentimentos vão para o parecer jurídico. Então, nenhum encaminhou, mas todos estão discutindo. Eles já iniciaram discussão, mas nós pedimos para aguardar a decisão desta reunião de alteração da DN 69. Então, eu acho bom esse prazo. Mas, o senhor é que sabe, também poderemos prorrogá-lo, mas é um caso bom”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Bom, eu vou aproveitar da fala da Ana, com relação a pedido de vistas, enfim, essas questões que normalmente ocorrem, mas nós temos que entender que o Comitê ele tem responsabilidade sobre seu regimento, quer dizer, ele tem que ter cuidado com os prazos, para que ele ocorra dentro daquilo que a norma determina. Então, concordando com comparecer da Prefeitura de Patrocínio e com o quórum de Comitês e já se manifestou e vou além, que nós já tivemos aqui, 3 ou 4 demonstrações é desse fato. É, normalmente, as reuniões estão acontecendo virtuais. Nós ainda não estamos uma tecnologia que nos permita funcionamento correto. Várias vezes a internet cai, muitas várias vezes, a internet oscila muitas vezes trava. Enfim, nós temos esse problema de tecnologia que provavelmente deve ser resolvido, pelo menos espera até o segundo semestre. Nas capitais,

pelo menos nas grandes cidades. E outra coisa que ocorre é que nós ainda estamos vivendo, apesar dos indicadores da pandemia, estarem muito melhores do que estavam, quando a Maria de Lourdes é começou esses estudos da revisão dos colegiados dos Comitês, eles ainda não vão permitir reuniões presenciais. Pode até ser que permitam reuniões híbridas, mas nós ainda viveremos nesse momento virtual por muito tempo e vamos sofrer essas consequências de tecnologia. Quer dizer, muita gente não vai ter equipamento adequado. Se vai usar o telefone para usar computador, vai ter que ir para alguma série de algum lugar para fazer um o seu trabalho. E isso prejudica em termos de prazo. Então, acho que esses 300 (trezentos) dias que está colocando é muito saudável e é possível de ser cumprido. Acho que isso que é mais importante é possível ser cumprido. Obrigado”. O Presidente Thiago Figueiredo Santana coloca em regime de votação a minuta alterada, com a proposta do parecer de vistas do conselheiro da prefeitura de Patrocínio. **Favoráveis:** Ministério público, Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de São João de Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Fiemg, Faemg, Ibram, Copasa, Siamig, CRBio-04, Instituto Guaicuy, CREA-MG. **Ausentes:** Segov, UFO. **APROVADO! 4.3 Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que dispõe sobre a convocação e a realização de Audiências Públicas no âmbito dos processos de Enquadramento dos Corpos de Água. Apresentação: Igam/Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos - GPLAN. APROVADA COM ALTERAÇÃO. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Trata-se de um retorno de vista pelos conselheiros Maria Teresa Corujo, representante do Instituto Guaicuy e pelo Dr. Lucas Marques Trindade, representante do MPMG. Cada um terá dez minutos para o relato. A Conselheira tem a palavra”. Conselheira Maria Teresa (Instituto Guaicuy): “Nós não enviamos o parecer de vista porque o objetivo era, principalmente, receber contribuições a partir dos Comitês de Bacia, via Fórum. Mas, como a última reunião foi no dia 20 de dezembro e o retorno teria que ser no dia 6 de janeiro, precisamente o período que envolve o Natal e o Ano-Novo. Um período complicado, ainda mais depois de 2 anos de pandemia, em que se percebeu como houve um momento em que a sociedade quis ter esse momento de respiro, de estar de novo entre os seus, não recebi**

879 contribuições para poder preparar um parecer de vista. Não foi me foi
880 enviado, mas tenho já várias considerações a fazer sobre a minuta. Eu li o
881 parecer de vista do Ministério Público que coloca como sugestão uma baixa
882 em diligência, o que eu considero muito oportuno, inclusive! Não só para
883 aprimorar o que foi apresentado pelo Ministério Público quanto o que se
884 pode fazer de aprimoramento e eu iria propor que então fosse acatado a
885 base em diligência, inclusive requerendo que o Igam encaminhasse a minuta,
886 e no caso o parecer de vista do Ministério Público e colocasse para que os
887 Comitês de bacia pudessem tratar disso no bojo das suas competências. Se
888 isso não for realizado, eu então vou apresentar o que foi recebido de
889 sugestões de melhoria nessa DN. Quero saber se dou continuidade ou se vai
890 primeiro analisar o pedido de baixa em diligência, escutando o Ministério
891 Público para depois então dar continuidade”. O Presidente Thiago Figueiredo
892 Santana solicita que a conselheira Maria Teresa dê continuidade na sua fala
893 no prazo que ainda tem, regimentalmente. Conselheira Maria Teresa
894 (Instituto Guaicuy): “Então, em relação a DN, o que foi recebido de
895 contribuições, além das minhas também como cidadã atuante na esfera
896 ambiental, é em relação a questão da participação. No artigo 3º, acrescentar
897 um parágrafo terceiro. No caso, onde se colocaria que: ‘Caso o processo de
898 enquadramento dos corpos d'água se refira a uma bacia hidrográfica ou
899 bacias hidrográficas com mais de 3 municípios, serão realizados, no mínimo,
900 3 audiências públicas em formato presencial, sendo uma em sede municipal,
901 no alto, uma em sede municipal no médio e uma em sede municipal no
902 baixo’. Porque, no parágrafo segundo deste artigo que consta na minuta, é
903 estabelecido que a audiência pública em formato presencial, será realizada
904 em sede municipal pertencente a circunscrição hidrográfica da bacia, ou seja,
905 como tem bacias hidrográficas que tem muitos municípios, está se
906 apresentando o acréscimo desse parágrafo terceiro. Em relação à questão
907 de prazo, e isso está tanto no artigo nono, parágrafo segundo e terceiro. O
908 prazo, no caso de convocação para a realização da audiência pública que está
909 sendo estabelecido, um prazo de 10 dias e está sendo proposta uma
910 antecedência mínima de 30 dias da data marcada para a sua realização. A
911 justificativa é que enquadramento de corpos d'água envolvem realmente
912 questões técnicas, envolve aquela bacia hidrográfica tomar conhecimento

913 para poder realmente ser respeitado a questão da gestão participativa, o
914 prazo que está na minuta é muito reduzido para possibilitar essa devida
915 análise para poder se participar das audiências públicas. Então, a proposta é
916 alterar para 30 dias. A questão do link de acesso ao ambiente online, que no
917 caso está previsto, está disponível apenas aos inscritos e se sugere
918 acrescentar que a inscrição poderá ser feita até 30 minutos após iniciada a
919 audiência pública. Porquê? Porque já existem situações que o link está
920 disponível aos inscritos, algumas pessoas podem tomar conhecimento em
921 cima da hora ou num prazo muito curto, então a inscrição assim como
922 presencialmente, pode ser feito após o início da audiência pública, inclusive
923 se um estipula um prazo. Nós entendemos que, embora o link de acesso ao
924 ambiente online esteja disponível apenas aos inscritos, a inscrição possa ser
925 feita até 30 minutos após o início da audiência pública. Em relação ao mesmo
926 artigo nono, se propõe acrescentar um parágrafo sexto que tem a ver com,
927 a quem o Igam formalizará o convite. Então, nos propomos acrescentar: ‘o
928 Igam formalizará o convite as prefeituras e câmaras municipais, de todos os
929 municípios pertencentes, com uma recomendação expressa de divulgação
930 nos sites e Diários Oficiais desses órgãos públicos e junto aos Conselhos
931 Municipais de Meio Ambiente, por entender que isso ajuda a ampliar a
932 divulgação naquela circunscrição da qual está se tratando a proposta de
933 alteração do enquadramento. E por último, tenho no artigo dezoito, que
934 trata da questão da organização, no inciso terceiro, é colocado aquele
935 esquema que foi mudado também nas audiências de licenciamento onde os
936 inscritos tem falas de 3 minutos seguidas por 2 minutos da equipe técnica ou
937 quem for indicado pela mesa. Nós estamos propondo que haja uma
938 diferenciação, porquê? Como o prazo de 3 minutos, por exemplo, para
939 questionamentos técnicos de enquadramento é um prazo muito restrito e
940 muitas vezes o que a sociedade faz é se inscreverem numa sequência várias
941 pessoas para levar uma continuidade daquilo que está querendo ser dito,
942 essa fala de 2 minutos para dar um retorno a cada manifestação de inscritos
943 não tem facilitado essa participação. Então, a ideia era acrescentar um inciso
944 colocando que, após a fala dos inscritos de até 3 minutos cada, haveria então,
945 um outro momento na organização da audiência pública, onde, por exemplo,
946 ficaria: ‘respostas às manifestações dos inscritos, terão um prazo a ser

estabelecido, talvez, 30 minutos da equipe técnica ou a quem a mesa diretora indicar para então dar respostas específicas às manifestações dos inscritos. E, por último, no artigo dezenove, que trata da questão do que compete à agência de bacia ou a entidade equiparada, em seu parágrafo segundo está colocado que poderá ser dispensada a obrigação prevista no inciso quarto do artigo dezoito, sobre disponibilizar a transmissão de som e imagem das audiências públicas em tempo real pela internet. No artigo dezenove, nós entendemos que somos contrários a possibilidade de dispensa dessa obrigação, alegado aqui que se verificada a inexistência de conexão adequada. Nós entendemos, que se está sendo prevista uma possibilidade de audiências públicas virtuais, onde pessoas vão poder acompanhar, em termos de acesso pela internet, possibilitar que seja dispensada essa obrigação de transmissão de som e imagem das audiências públicas em tempo real, a nosso ver, viola um direito também de participação da sociedade. Então essas são as nossas considerações à minuta da DN, que se realmente for baixado em diligência, eu posso depois formalizar por e-mail para contribuir com essa baixa em diligência e já requeiro, se houver a possibilidade, então, do Igam enviar através da sua assessoria dos CBHs ao Fórum ou aos próprios CBHs, que essa minuta está sendo apresentada para que possam também participar desse processo”.

Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Obrigado, Conselheira. Vou pedir à Secretaria executiva para acionar o tempo e concedo a palavra ao conselheiro Felipe, do MPMG. Conselheiro Felipe Faria (MPMG): “Obrigado, senhor Presidente, a manifestação será breve. Em primeiro lugar parabenizar a conselheira Maria Teresa, que conseguiu fazer um compilado com diversas sugestões concretas e pragmáticas, visando colaborar e aprimorar a realização dessas audiências públicas. Confesso que o parecer de vista ele é menos verticalizado. Ele toca em um ponto central apenas, mas que ainda assim eu gostaria de externar. Especificamente no que se refere, essa é uma discussão importante contextualizar. Nós temos tido como poder público estadual também em outras searas, que não há temática de recursos hídricos, mas em todas as audiências públicas, de uma forma geral, né? Questões, inclusive, foram judicializadas em razão disso, e que se refere à essa proposta de reuniões exclusivamente remotas e virtuais. Entendemos

981 que isso fere a possibilidade de participação ampla da população, que é uma
982 tônica que permeia todo o procedimento do Copam, na verdade, da política
983 ambiental do estado de Minas Gerais e além de também acabar por
984 desatender orientações que são expedidas nas normas infra legais nacionais,
985 notadamente a Resolução Conama nº 494/2020, que fala sobre a viabilização
986 de pelo menos um ponto de acesso virtual. Entendemos que é pertinente
987 que essa diretriz seja de fato observada. Vejam, não se trata de um ônus
988 excessivo, é apenas a disponibilização de um ponto virtual, porque há
989 pessoas que não tem familiaridade tecnológica, não tem acesso a
990 instrumentos tecnológicos, então é importante ser disponibilizado pelo
991 menos um ponto de acesso físico para que essas pessoas também tenham
992 chances de participação. E teremos, um ônus que é mínimo frente aquilo que
993 tentamos resguardar, que é a efetividade de direito de participação popular
994 nessas audiências públicas e mais do que isso, entendemos que também isso
995 traz maior segurança jurídica a todos os envolvidos, porquê? Já tivemos
996 situações e aqui não quero entrar no mérito se está certo ou errado, mas que
997 houve a judicialização questionando a tramitação de procedimentos em
998 razão das audiências públicas exclusivamente remotas. Isso, eu acho que
999 gerou ônus para todos os envolvidos, retardamento, postergação das
1000 deliberações. Enfim, então, porque já não prevermos essas questões nas
1001 normativas para que tenhamos maior segurança jurídica para todos os
1002 envolvidos e a efetivação do direito de participação. Então, basicamente é
1003 isso. É pensarmos também naqueles que não têm acesso a esses
1004 instrumentos virtuais e mais uma vez quero registrar aqui, o Ministério
1005 Público não é contrário ao uso de instrumentos remotos, eles são uma
1006 realidade, nos auxiliam. Estamos aqui fazendo um colegiado, cada qual no
1007 seu local ou de trabalho ou de residência e isso é muito positivo, temos que
1008 utilizar instrumentos, sim! Mas, temos que oportunizar também aqueles que
1009 não têm acesso a esses instrumentos tecnológicos. É apenas isso. Muito
1010 obrigado, Presidente. E só para concluir, perdão! Nossa sugestão é o
1011 saneamento desse ponto, mediante a baixa em diligência, talvez a baixa em
1012 diligência se mostra até mais adequada, se me permite, em razão das
1013 considerações da conselheira Maria Teresa ou se a manutenção for da forma
1014 como se encontra, até antecipo que a manifestação do Ministério Público

será pelo indeferimento. Muito obrigado. Conselheiro Eduardo – Prefeitura BH: “Eu concordo com tudo o que a Maria Teresa Corujo falou, porque nós já vivenciamos várias audiências públicas em que a questão do tempo limitou demais a questão de esclarecimentos que deveriam ser feitos. Mas por quê? Porque existe uma resolução que determina a organização de uma audiência pública e que o estado fez a mesma coisa e os municípios fizeram a mesma coisa. Então, eu tenho uma certa contradição, porque existe uma resolução, mas existe a necessidade dessa atualização, que é exatamente os pontos que a Maria Teresa colocou. Eu não havia preparado nada sobre o parecer do Instituto Guaicuy, porque, como ela própria falou, ela não mandou o relato e então eu tinha lido o relato do Ministério Público. E o Ministério Público destacou principalmente a questão das realizações das audiências virtuais e com as quais eu concordo plenamente, porquê? Porquê da mesma forma dita anteriormente, as limitações tecnológicas hoje são muito grandes e precárias. Então, além de não favorecer a audiência pública, ela prejudica ainda mais aqueles que queiram participar da audiência pública para tirar aqueles esclarecimentos necessários dos empreendimentos propostos. Então, eu sou também a favor dessa diligência e para conciliar da melhor forma legal, essas duas formas das duas colocações que foram feitas pela Maria Teresa e pelo Dr. Felipe, antes de mim, obrigado. O Presidente Thiago Figueiredo Santana agradece e passa a palavra para o gerente de Planejamento do Igam, Allan Motta, que após a leitura do relato de vista do conselheiro Felipe Faria tem uma proposição, bem como irá debater sobre as propostas oportunas apresentadas pela conselheira Maria Teresa. Gerente do Igam - Allan Motta: “Obrigado, Thiago. Boa tarde a todos, eu vou compartilhar a tela aqui para podermos começar a conversar um pouco. Primeiro, eu acho poderíamos passar pelo item do relatório de vistas do Ministério Público, já que a gente já tinha recebido e pode montar uma proposta de acordo com o relatório. Como se trata de um ponto bem direto, eu acho que nós resolveríamos com a inclusão do parágrafo terceiro, que diz: ‘Caso a Audiência Pública seja realizada na modalidade online, deverá ser disponibilizado pelo menos um local na Circunscrição Hidrográfica ou Bacia(s) Hidrográfica(s) correspondente ao processo de Enquadramento dos Corpos de Água com estrutura que viabilize a participação dos interessados

que não possuem acesso à internet'. E a gente considera que esse parágrafo já consegue sanar esse ponto do Ministério Público. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): "Allan, essa estrutura é uma estrutura virtual? Gerente do Igam - Allan Motta: "É uma estrutura de acesso de participação virtual à audiência pública, já que ela vai ser na modalidade online e seria um local físico para receber as pessoas, que poderia ser a própria sede do Comitê, a Prefeitura, uma escola, desde que tenha uma estrutura mínima com computadores e a internet para acesso dessas pessoas que não possam participar do seu celular ou computador ou que não tenham acesso à internet. Elas podem se deslocar até esse ponto, que vai ser divulgado junto ao processo de publicação na Imprensa Oficial e a pessoa já vai estar ciente para onde ela pode se deslocar e ir presencialmente, assistir e participar da audiência. Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Dr. Felipe, o Sr. quer fazer alguma ponderação? Depois vamos entrar um pouco na seara das contribuições da Sra. Maria Teresa. Mas assim, parte das suas colocações em relação a dificuldade de acesso das pessoas com menor nível de acesso e conhecimento tecnológico. Conselheiro Felipe Faria (MPMG): "Em primeiro lugar, queria agradecer a equipe, por ter considerado a possibilidade dessa abertura para contribuições. Sugiro colocar 'deverá ser disponibilizado pelo menos um local físico na Circunscrição Hidrográfica ou Bacia(s) Hidrográfica(s)'. Eu sei que é preciosismo, mas penso que de uma forma geral, atende a nossa preocupação. Verificando a Resolução 494, acho pertinente o acréscimo dessa ressalva da própria resolução no final, que é o seguinte: '... e, caso se faça necessário, de outros pontos, conforme a análise do caso, pela autoridade licenciadora'. Imaginem, pode acontecer uma situação atípica, a gente não consegue fazer futurologia aqui, né? Uma situação atípica em que haja necessidade de mais de um ponto, e aí o próprio órgão que está organizando a audiência pode fazer essa análise, ou seja, existe necessidade um ponto mínimo e o órgão competente pode verificar se nesse caso concreto é necessário mais de um ponto. E isso já ocorreu, eu vou colocar no chat essa ressalva adicional que acho que ela é importante". Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): "Nós já tivemos audiências públicas em 3 locais diferentes". Conselheiro Felipe Faria (MPMG): "É verdade! Eu acho que isso é pertinente, só que em vez de outros pontos,

seria de outros locais, né? Está escrito pontos, porque na Resolução Conama usa a expressão ponto físico, mas seria então de outros locais, só fazer essa correção. Ficando assim: ‘... e, caso se faça necessário, de outros locais, conforme a análise do caso, pela autoridade licenciadora’. É isso, alterar o que for necessário. Agradeço”. Conselheira Maria Tereza (Instituto Guaicuy) “Eu ia colocar aqui no caso, como eu tinha proposto, vamos supor, uma Bacia Hidrográfica, como Velhas, com tantos municípios que chegam até lá, no encontro com o São Francisco, só um ponto físico para permitir a participação da sociedade que não tem acesso ao sinal de internet e nenhum computador, é inviabilizar a participação, enquadramento de uma bacia inteira. Então, realmente tem que se considerar e mais do que a critério, só tem que haver meio que um básico, que quando eu, quando eu coloquei no mínimo no alto, médio e baixo da bacia, porque geralmente já é uma forma de dizer que está pegando pelo menos 3 áreas daquela bacia hidrográfica. Se não for baixado em diligência, não sei como é que vai se fazer então, as sugestões que foram dadas pelo Instituto Guaicuy, através da minha participação. Mas, eu penso que foi contemplada a necessidade de local físico no caso de modalidade online. Mas, pelo menos só um local físico dependendo da bacia, onde se trata do enquadramento, eu acho que ainda continua inviabilizando devidamente a participação da sociedade em bacias hidrográficas, com muitos municípios e com muita distância entre uns e outros”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Eu creio Maria Teresa, vou dar um exemplo de um Comitê que a Senhora tem uma grande proximidade, como tem o Rio das Velhas que a Senhora mencionou, Diamantina/Ouro Preto. Vamos pegar toda uma linha reta, em quilometragem, seria grande. Eu nunca imaginaria o Comitê, dúvidas fazer um ponto só pelo conhecimento. Eu nunca imaginaria o Comitê do Rio das Velhas fazendo um ponto só. Pelo conhecimento que eu tenho do Comitê nesse aspecto. Mas, há Comitês por exemplo, como PJ, que são 5 municípios, que é o que Itapeva, Extrema, Sapucaí-Mirim, Camanducaia, Toledo, eu posso estar lhe esquecendo de algum e peço até desculpa. Pela não se justificam vários pontos, então eu acho que a gente estabeleceu uma regra sólida, normativa. Ela cria um embaraço maior do que ajudar. É só uma contribuição, porque nem todos têm essa realidade de dimensão que o Comitê do Rio das velhas

1117 possui. E lembrando, isso aqui é uma diretriz geral que nós estamos
1118 colocando. A diretriz para operacionalização, vai sair em um edital,
1119 provavelmente aprovado pelo Comitê de bacia, e vai se apropriar de todo o
1120 processo. E o Comitê é o ente local e que conhece melhor é seu território,
1121 para propor uma definição, em números. Eu só tenho receio que a boa
1122 intenção de querer definir essa proposta a Senhora coloca em um alto,
1123 médio, baixo, possa restringir, talvez alguma operacionalização e talvez gerar
1124 até um custo mais que um Comitê pequeno, que seria o exemplo que eu dei
1125 do PJ. Que lá já não se justifica ter mais de um, por exemplo. São municípios
1126 que não dá creio eu, 50km entre eles. É só uma concepção de conhecimento
1127 de causa. Allan Mota (GPLAN): “Eu queria complementar aqui não. Já não
1128 vejo mais a opção da mãozinha. Então, vou ter que te chamar mesmo para
1129 poder falar. Inclusive eu toquei aqui, antes, nessa parte, e estava autoridade
1130 licenciadora, porque na verdade, a nossa autoridade é o Comitê de bacia. E
1131 aí eu já puxo aqui para eu partir do terceiro. É. Não deixa eu achar aqui, já
1132 pegando nessa parte para Marisa sugerir para o parágrafo segundo é, eu vou
1133 nessa mesma linha que o Tiago que nós temos, bacias com realidades muito
1134 diferentes. Então, já definir alto, médio, baixo ou mesmo que o número seja
1135 apenas uma ou 3, vai dificultar. É, então eu sugiro como é o Comitê que
1136 define todo o processo. É importante a gente deixar claro que não é o Igam
1137 que convoca audiência, nós só damos o apoio técnico para isso, suporte
1138 técnico. É o Comitê de bacia que faz esse convite, inclusive o presidente da
1139 mesa, normalmente seria o presidente do Comitê. Como a gente colocou
1140 aqui na norma. Então, eu acho que nós resolveríamos esse ponto colocando:
1141 ‘e o Comitê de bacia hidrográfica determinará ou definirá o número de
1142 eventos necessários’. Isso vai ser feito num momento de construção do
1143 termo de referência para contratação de uma consultoria especializada para
1144 elaborar enquadramento. Para o processo, nós montamos uma minuta,
1145 inicialmente para dar o suporte técnico ao Comitê e o Comitê faz análise.
1146 Então, ele vai aprovar esse número de reuniões que já pode estar definido
1147 ali. Pode ser que o Comitê opte, e aqui é importante deixar claro que
1148 conforme o “Art. 4º: A data, o horário, a modalidade e, quando couber, o
1149 local físico para realização da Audiência Pública, serão definidos pelo CBH,
1150 observando-se as condições adequadas de infraestrutura, de segurança e de

1151 acesso público que viabilizem o conforto dos presentes. E a gente já dá essa
1152 autonomia para que o Comitê decida qual o melhor formato que ele
1153 pretende realizar a sua audiência pública. E só mais um detalhe, a audiência
1154 pública é praticamente o último evento de todo um processo participativo.
1155 Todos esses enquadramentos vão contar com acompanhamento do Comitê,
1156 com acompanhamento de uma Câmara técnica ou um grupo de trabalho do
1157 Comitê, consultas públicas e oficinas. Só no final que nós temos as
1158 audiências, então já é um processo bem participativo e que várias pessoas
1159 vão poder participar em todos os momentos e quando quiserem, da maneira
1160 que quiser”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte):
1161 “Nesse artigo quarto você coloca assim: ‘observando-se as condições
1162 adequadas de infraestrutura, de segurança e de acesso público que
1163 viabilizem o conforto dos presentes’. Eu sugeriria que colocasse além de
1164 segurança a segurança sanitária por causa da pandemia. Entendeu? Porque
1165 a própria Secretaria de Estado de Saúde determina alguns cuidados
1166 sanitários. Esta segurança aí, eu acho que é uma segurança física. Nós já
1167 sofremos bastante por não ter esse”. Presidente Thiago Figueiredo Santana:
1168 “Art. 8º, Allan: Caso a Audiência Pública seja realizada na modalidade
1169 presencial ou híbrida, os protocolos sanitários deverão ser rigorosamente
1170 cumpridos, de acordo com as recomendações das autoridades
1171 competentes”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte):
1172 “Eu estou falando, colocar lá no excesso, sabe? Você não pega, não é só um
1173 cuidado maior. Só uma sugestão”. Allan Mota (GPLAN): “Já tem um artigo
1174 específico para isso. Eu fico meio assim de ficar em tudo, aumentando
1175 demais a norma”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “E aí, Senhora
1176 Maria Teresa, eu queria aproveitar que a gente está construindo, eu acho
1177 que a gente está conseguindo contemplar as situações que estão sendo
1178 colocadas, Senhora poderia pontuar novamente. Até fiz algumas anotações,
1179 uma está no art. 9º, que é a antecedência de publicação das convocações,
1180 que a Senhora sugere, no mínimo 30 dias”. Allan Mota (GPLAN): “Art. 9º –
1181 Definidos a data, horário, modalidade e, quando for o caso, local físico para
1182 a realização do evento, a convocação da Audiência Pública será publicada no
1183 Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais – DOMG-e – com antecedência mínima
1184 de quinze dias da data marcada para sua realização e deverá conter

1185 instruções para inscrição e acesso ao Relatório de Alternativas de
1186 Enquadramento”. Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “A
1187 minha proposta era ser 30 dias para que haja conhecimento a tempo. Não é
1188 no próprio dia que se consegue tomar conhecimento dos eventos. Então, eu
1189 acho que 30 dias seria mais adequado, inclusive porque quem quiser
1190 conhecer a fundo o documento que vai estar disponibilizado junto com a
1191 convocação, teria mais tempo de estar melhor preparado para participação
1192 na audiência pública. Allan Mota (GPLAN): “Vou colocar uma observação que
1193 a gente vem percebendo aqui. É lógico que é viável a gente aumentar para
1194 30 dias, mas a gente tem um impacto que não é tão importante na nossa
1195 discussão, mas que cabe uma observação na condução dos contratos,
1196 porque é são 30 dias a mais, após um relatório já concluído para análise e
1197 continuidade dos trabalhos. Esse é só um caso a mais, né? É, mas o que a
1198 gente tem percebido muito é que convocações acima de 15 dias, as pessoas,
1199 além de esquecer, deixam fazer a leitura do material a de 15 dias para mais
1200 perto. Normalmente na mesma semana em que a gente optou? Fazer uma
1201 mobilização bem mais intensa nesse período de 15 dias, do que forçar um
1202 período maior de 30 dias, que poderia ter implicações até no contrato e que
1203 talvez não tenha grande efetividade para a participação das pessoas.
1204 Conduzimos muitas consultas públicas agora, foram muitas oficinas,
1205 inclusive os próprios Comitês sugeriram fazer essa solicitação um pouco mais
1206 próximo, porque ele sempre deixava passar. Eu esqueci a data e a gente tinha
1207 que voltar a lembrá-los mais próximo da reunião. Existe a possibilidade, mas
1208 eu sugiro manter 15 dias e manter essa força da divulgação nesse período”.
1209 Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Aí depender muito da
1210 própria consultoria. Aqui não está estipulado o termo de referência, para
1211 garantir que essa mobilização e divulgação vai ser desse formato e é uma DM
1212 que vai estabelecer um prazo e que não vai ter o controle do pós
1213 estabelecido prazo. Só se a gente colocasse nessa DN essas garantias de que
1214 vai haver ampla divulgação, que vai haver a ampla mobilização e isso muitas
1215 vezes não acontece. A gente tem também testemunhado consultorias e
1216 consultorias. E então, prazos são algo que está muito claro, é bem numérico
1217 e o prazo não está atrelado a garantias de como é que vai se proceder. Então,
1218 aumentar mais 15 dias, a meu ver, a quem sugeriu foi nesse sentido. Por

exemplo, DN as questões ligadas a comunicado do licenciamento para pedir audiência pública, são 45 dias corridos, não é por causa, é por causa de um sentido de possibilitar que de repente, outras pessoas que não são quem está no dia a dia de um CBH, ou de um gestor público, que está a par dessas comunicações oficiais a todo momento, também seja oportunizado acompanhar a questão do enquadramento”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “E a outra coisa: nem todos leem o Diário Oficial do Estado e muito menos entendem, não sabem achar onde é que está localizado às questões da Semad, por exemplo. Aí poderia colocar Allan, uma forma de divulgação, não sei qual, mas talvez a divulgação pública, ampla”. Allan Mota (GPLAN): “Nós colocamos aqui divulgação no portal do Igam, que é o que nós temos a condição de ter a organização dele. Mas, realmente o DOMG-E é o procedimento formal para estabelecer que se iniciou o prazo para a realização da audiência. Mas, nós temos aqui na minuta essa previsão de divulgação. Sites oficiais do Igam”. Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Não, eu sei que é problemático até sem ser virtual já é problema”. Allan Mota (GPLAN): “Vamos tentar um meio termo. 20 dias? O que vocês acham? Porque realmente 30 dias a gente não tem visto efetividade. A mobilização, Maria Teresa, só para completar, os termos de referência, estão deixando isso bem claro, inclusive, tem evoluído bastante de novo. São aprovados pelo Comitê. Então foi o Comitê tem essa oportunidade de avaliar essa mobilização está suficiente para o que considera”. Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Você usou um argumento aí que eu até não concordo com ele não, porque na verdade audiência pública. Apesar de ser é organizado pelo órgão público e tal, mas quem banca toda organização é um empreendedor”. Allan Mota (GPLAN): “Aí que está, isso é no caso de licenciamento! Esse é um ponto importantíssimo. A gente tem que perceber, por exemplo: esse aqui não é um processo de licenciamento ambiental. Aqui é uma discussão de enquadramento dos corpos de água maior interessada é população da bacia. Então, de novo, quem convida, que convoca é o Comitê e não há custos para o Comitê diretamente. Se esse Comitê tiver cobrança pelo uso da água, pode ser que o enquadramento vai ser contratado com essa categoria. Nós temos em andamento hoje, por exemplo, não são só com recursos do próprio. Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “ E nós temos aí

1253 uma restrição orçamentária inclusive”. Presidente Thiago Figueiredo
1254 Santana: “É bom deixar claro que, independentemente de ser o Igam ou o
1255 Comitê de Bacia, a cobrança, nós estamos falando de recursos públicos. É da
1256 conta do cidadão que está saindo”. Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “É.
1257 Nós temos uma restrição grave”. Allan Mota (GPLAN): “Isso, que inclusive ia
1258 ser um número muito grande de reuniões também presenciais, tem um
1259 impacto financeiro grande na proposta”. Maria Teresa Viana de F. Corujo
1260 (Instituto Guaicuy): “A proposta foi acrescentada, eu acho que aqui não é
1261 uma questão tanto como se fosse um leilão da mais da menos. Eu entendo
1262 que eu funciono no princípio mesmo, de tentar que em algum momento a
1263 gente está em uma gestão das águas verdadeiramente participativa. A gente
1264 tem testemunhado problemas graves com consultorias contratadas, com
1265 licitações, com questões realmente muito graves, que deveriam ser objeto,
1266 inclusive, de fiscalizações de investigações criminais. Então, quando eu
1267 coloco um prazo que eu não, eu considere que 30 dias, diante de outros
1268 prazos, não seria algo tão absurdo, era pensando em possibilitar que não
1269 haja nenhum prejuízo para que pessoas da bacia que vai ter um
1270 enquadramento, não tenham possibilidade de participar. Mas, já coloquei
1271 as razões. Aí vai ficar por conta do conselho. Se não for baixado em diligência,
1272 eu estou pondo aqui as outras sugestões que eu trouxe. Estou colocando
1273 aqui no chat para facilitar. E aí vocês conduzem da forma que foram em
1274 relação às decisões sobre isso”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de
1275 BH): “O Alan, a agência de bacia pode entrar nisso aí? Se for apresentado um
1276 projeto na agência de bacia, ela poderia entrar como parte do financiamento
1277 das audiências públicas, de enquadramento casados, para cobrança”. Allan
1278 Mota (GPLAN): “Por exemplo, a Agência Peixe Vivo contratou os
1279 enquadramentos do Pará, Paraopeba em torno de Três Marias, com um
1280 recurso no Comitê Federal da cobrança. Assim, mas mesmo assim é um
1281 recurso público, ela não tem recurso só dela”. Presidente Thiago Figueiredo
1282 Santana: “Não existe recurso dela. O recurso é do Comitê de bacia,
1283 independentes se executado por ela ou por outro ente. No caso até poderia
1284 ser o Igam também nessa execução”. Conselheiro Eduardo Tavares
1285 (Prefeitura de BH): “Mas é porque ela que administra os recursos. Então, os
1286 recursos são acumulados, são cumulativos. Quer dizer, a soma é maior, é

mais alta, teria mais possibilidade. Eu só estou especulando. Eu só estou pensando alto, vamos dizer assim”. Allan Mota (GPLAN): “Thiago, a gente coloca esse ponto, esse número de dias para decisão? O que você sugere”? Presidente Thiago Figueiredo Santana: “A gente poderia caminhar com os outros itens e esse, que não há alinhamento, a gente depois avalia. É, há outras proposições que a conselheira coloca na ordem que ela colocou, que eu anotei, Maria Thereza me corrija: ‘ponto de inscrição até 30 minutos antes do evento, para disponibilização do link’”. Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Eu coloquei isso no sentido que pessoas nos disseram que às vezes tomam conhecimento através de alguém que está participando e que não foi antes e elas não perdem a oportunidade de poder se inscrever porque havia um prazo limite. De fazer essa inscrição. Então, nós entendermos apropriado, permitir que mesmo sendo audiência online, possa fazer a inscrição no momento. Outras pessoas se inscrevem, mas não se manifestam que querem falar naquele momento. Mas, diante do que escutam ou observam, tem o interesse de participar. Então, seria só uma garantia de que não seja vedada a inscrição no sentido de falar, após começada a reunião. Quando nas próprias audiências públicas presenciais é dado um prazo entre a abertura da audiência pública e a possibilidade de inscrição”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Por exemplo, até 15 minutos antes do início da audiência pública”. Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Não antes do início, eu estou colocando até 30 minutos depois de começada audiência pública”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Também pode. Porque tem aquela parte toda protocolar, de inscritos”. Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Inclusive porque se eu for online, esse esquema que a gente sabe de acesso à internet, a pessoa de repente planeja que eu vou me escrever, eu vou. Tenho um problema de não estar conseguindo um bom sinal. Vai conseguir um sinal e só porque audiência pública começou ela não consegue mais participar porque não conseguiu. Então, estou propondo uma ampliação da possibilidade de inscrição para poder se manifestar na audiência pública”. Allan Mota (GPLAN): “A gente sugeriu aqui, no parágrafo primeiro, o link do link de acesso ao ambiente online estará disponível apenas aos inscritos, que podem se inscrever até 30 minutos após o início da

audiência pública. É, na verdade, não vai vetar ninguém de participar. A pessoa pode entrar ali da após esses 30 minutos. A importância desse link, disponibilizado a apenas aos descritos, é apenas para evitar a invasão da reunião. Como nós já observamos, infelizmente. Então essa é uma maneira de segurança. Nós tivemos um caso de uma consulta pública do alto São Francisco SF1, uma consulta maravilhosa, mais de 70 pessoas na sala foi invadida. Tivemos que encerrar e voltamos com um número bem abaixo. Então tivemos que remarcar. É uma maneira de tentar evitar isso”.

Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Alan, a conselheira Maria Tereza também colocou uma proposição que é exclusão do parágrafo segundo do artigo 19. Allan Mota (GPLAN): “§ 2º do artigo 19: ‘§ 2º – Poderá ser dispensada a obrigação prevista no inciso IV do art. 18º se verificada a inexistência de conexão adequada, desde que devidamente justificado e garantindo-se a gravação integral e sua posterior disponibilização na internet’. Nesse caso, eu sugiro muito que seja mantida, porque nós estamos falando aqui de eventos presenciais, que vão ser gravados e disponibilizados às pessoas. Nós temos bacias que, infelizmente, não tem a mesma estrutura disponível pela realização de uma audiência desse porte. A gente pode chegar em algumas áreas que tenha a uma dificuldade de realizar e depois de mobilizado a população local, a empresa que vai prestar o serviço, o Comitê de bacia, é um dinheiro público envolvido, que que a gente pode acabar se retirar esse item, inviabilizando a realização da audiência. É melhor que ela ocorra, que se necessário a gente faça mais uma, mas desistir dela eu acho muito complicado”.

Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira (CRBio-04): “Lá no nono na questão dos 15 dias da publicação no diário. Atentando quanto à ponderação que a Maria Teresa pôs, que o Eduardo também ponderou a questão do Diário Oficial é complexa mesmo, nem todos leem e se ela está sugerindo os 30 dias, para ter um prazo maior de análise da documentação. Eu vou fazer uma proposta ‘com antecedência mínima de 30 dias da data marcada’, isso no Diário Oficial, ‘e ao término, devendo nos 15 dias que a anteceda intensificar a divulgação’, porque aí não incorreria no risco de cair no esquecimento de muitos, entendeu? Manterem o prazo de 30 com as orientações que vão ser todas especificadas na publicação do DOMG-e, e devendo nos 15 dias que a anteceda, intensificar a

divulgação. Aí atenderia as argumentações e ponderações do Alan e as ponderações que a Teresa apresentou”. Allan Mota (GPLAN): “Então, o que vocês acham, seguindo essa lógica, a gente coloca aqui os 30 dias, então deixa eu colocar no caput do artigo 9º, só para pensarmos, os 30 dias. Então são 30 dias de publicação no diário. Porém, logo abaixo nós temos o §2, que diz: § 2º – O Relatório de Alternativas de Enquadramento estará disponível para acesso online com antecedência mínima de quinze dias da data da Audiência Pública. Talvez aqui, então a gente possa colocar aqui um complemento dizendo o seguinte: ‘momento em que deverá ser intensificada a mobilização de participação na audiência’ ou algo do tipo. Enfim, porque é importante também que o Comitê tenha mais tempo para discutir os seus nas oficinas antes de levar a uma abertura geral, porque ele tem até dificuldade de entender as sugestões”. Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira (CRBio-04): “Assim, há tempo para uma análise profunda e que não caia no esquecimento de alguns, por ter sido muito antes o agendamento. Para mim atende. Atende para você Maria Teresa”? Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Porque nesse caso já se sabe que vai ter uma Audiência Pública, que trata do enquadramento, já se sabe, nessa convocação e já se informa que a partir do dia tal estará disponível para acesso online o relatório. Então, as pessoas já se agendam e isso contempla parte dessa possibilidade de maior tempo para se preparar para audiência pública e com a questão de intensificação da mobilização para o evento, já se garante que não se coloque em risco, por exemplo, uma determinada consultoria, um CBH com menos condições de fazer isso e audiência pública, na realidade, não cumpriu o seu objetivo. O restante eu já pus no chat. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “O artigo 19 - ‘Caberá à Agência de Bacia ou à Entidade Equiparada’, o inciso II diz: ‘disponibilizar transmissão de som e imagem das Audiências Públicas, em tempo real, pela internet’ e isso remete a ao § 2º, que diz: ‘Poderá ser dispensada a obrigação prevista no inciso IV do art. 18º se verificada a inexistência de conexão adequada, desde que devidamente justificado e garantindo-se a gravação integral e sua posterior disponibilização na internet’. Então assim, eu considero que para evitar que toda a mobilização para que se realiza audiência pública e simplesmente por um critério técnico

que possa ocorrer no momento, seja falta de luz ou falta de energia no momento da reunião, que se mantenha dessa forma e com certeza, se for necessário, o Comitê deve providenciar um novo evento ou algo assim. Mas, eu não vejo muito produtivo retirar com receio de perder esse recurso público que foi investido no da mobilização e evento que vai ocorrer nessa data”. Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Uma dúvida, esse artigo 19º, que se trata especificamente, se for escolhido como única modalidade a presencial? É isso”? Allan Mota (GPLAN): “Isso: inciso II diz: ‘disponibilizar transmissão de som e imagem das Audiências Públicas, em tempo real, pela internet’. Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Eu sei, pelo artigo 19º, só se refere aos casos em que não haverá audiência pública na modalidade virtual. Quando houver o único modo de audiência pública, vai ser presencial, naquele caso do enquadramento? Porque se na realidade for híbrido, ou seja, o foro, o que já se acrescentou de independente de ser híbrido, ter um ponto físico para acompanhar, se for híbrido, como é que uma audiência pública que está acontecendo presencial, não vai ter a transmissão online em tempo real? É isso”? Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Eu tenho uma dúvida maior aqui vou fazer uma leitura: ‘§ 2º – Poderá ser dispensada a obrigação prevista no inciso IV do art. 18. A minuta que está comigo, o IV do art. 18 é só considerações finais”? Allan Mota (GPLAN): “Aqui seria 19”. Um erro nele aqui que ele se refere ao princípio”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “O Allan, a proposta da DN é muito longa e eu não estou lembrando de cabeça e não estou com ela aberta, mas eu acho muito importante o seguinte. Após a audiência pública, a gente tem um prazo para poder fazer manifestações, sugestões, enfim. É por escrito, fundamentada, identificado e encaminhado ao Comitê de bacia ou agência no caso. Isso aí está em algum lugar”? Allan Mota (GPLAN): “Não, não foi inserido. A gente até conversou com o Ministério Público e ele considerou que não seria necessário incluir na minuta da DN, até porque fazendo uma comparação, com a do licenciamento, o objetivo seria ser um pouco mais claro e objetivo. Mas pode ser feito”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Eu vou me justificar, o porquê. Eu fui participar de uma audiência pública e deu um pico de luz. Eu fiquei mais ou menos uns 40 minutos sem luz. E aí eu não pude

1423 participar da audiência. Na hora que eu fui tentar entrar, não consegui
1424 entrar. Então, o que que eu fiz? Como ela estava gravada, eu entrei no
1425 YouTube e assistir a conferência. A audiência pública. E vi logo que estava
1426 sendo colocado alternativa locacional, enfim, essas questões todas que
1427 geralmente são colocados em audiências públicas. Nesse caso é que é
1428 enquadramento de água, vai ser outro, outro tipo de objeto. Mas se eu, por
1429 acaso não puder participar da audiência pública no momento dela, ela estará
1430 sendo gravada? E vai ser colocada a disponibilidade pela internet, eu posso
1431 assisti-la. Dentro de um prazo e dependendo do que foi dito lá, eu posso
1432 colocar num e-mail ou num determinado meio qualquer eletrônico, eu posso
1433 colocar as minhas sugestões, para que elas sejam levadas à consultoria, para
1434 que a consultoria na hora de fazer a consolidação das falas e das sugestões,
1435 ela possa incluir aquelas que eu coloquei. Eu acho que é importante ser
1436 permitida esse tipo de participação também”. Allan Mota (GPLAN):
1437 “Podemos incluir um item aqui no final. Que vai caber a todas elas,
1438 independente da modalidade, pode ter esse acesso. Vou colocar aqui como
1439 se fosse o artigo 20”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Deixa só eu
1440 fazer uma ponderação. Acatando essa proposição do Eduardo, que a Maria
1441 Teresa até mesmo concordou pelo chat. Essa participação posterior, quando
1442 há o evento online, ele deve ser cancelado, porque não vai ter a gravação. E
1443 aí cria-se um conflito entre essa proposta e o parágrafo segundo da dispensa
1444 da obrigação da disponibilização da Transmissão. Não”? Allan Mota (GPLAN):
1445 “Eu vou colocar aqui no inciso III do art. 19: ‘presencial’”. Conselheiro
1446 Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Então, mas aí a modalidade presencial,
1447 né? Aí a presencial eu estou falando quando é virtual”. Allan Mota (GPLAN):
1448 “Porque são pontos a contribuir, depois a gente inclui aqui embaixo. Agora,
1449 na modalidade independente da modalidade, a pessoa pode contribuir
1450 posteriormente”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH):
1451 “Exatamente, até a própria resolução da audiência pública permite isso. Tem
1452 um prazo, eu não me lembro bem qual. Mas, tem um prazo, depois da
1453 realização da audiência pública, que permite que eu possa participar com uma
1454 sugestão”. Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy):
1455 “Sobre os licenciamentos, são 5 dias”. Conselheiro Eduardo Tavares
1456 (Prefeitura de BH): “Pois é, sem ser licenciamento também”. Presidente

1457 Thiago Figueiredo Santana: “A gente está numa discussão que está num
1458 certo impasse no parágrafo segundo e 19, a questão da ‘dispensa da
1459 obrigação da disponibilização da transmissão imagem da audiência pública,
1460 em tempo real’”. Allan Mota (GPLAN): “Se ela for totalmente online, então
1461 não tem porque continuar com ela. Se ela for presencial ou híbrida, poderia
1462 continuar. Então, ao invés de colocar talvez ao invés de mexer aqui nos
1463 incisos III e IV do art. 18, vamos mexer no de baixo, § 2º do 19, ‘poderá ser
1464 dispensado obrigação prevista no artigo quarto, se verificada a inexistência
1465 de conexão adequada, desde que devidamente justificado e garantindo-se
1466 não é posterior disponibilização. Obrigação prevista no inciso 7’”. Conselheiro
1467 Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Olha o Alan, por exemplo, essa reunião
1468 agora, nós conselheiros e as pessoas se inscreveram, podemos podem
1469 participar online. Mas, ao mesmo tempo, para essa cena transmitida pelo
1470 *YouTube*. Então, é mais ou menos essa a intenção da proposta é mais ou
1471 menos isso. Se a pessoa não pode se inscrever por qualquer razão que seja,
1472 ela possa assistir a reunião e depois, aí vem a minha sugestão: depois ela faz
1473 as observações dela. Um caminho, o Comitê, agência ou a consultoria é que
1474 vão determinar a consolidação dessas participações. Allan Mota (GPLAN): “É
1475 o que acrescentei aqui para pensar o seguinte: ‘poderá ser dispensada da
1476 obrigação prevista no inciso 4 do artigo 19, para as modalidades presencial e
1477 híbrida, se verificada a inexistência de conexão adequada, desde que
1478 devidamente justificado e garantindo-se a gravação integral e sua posterior
1479 disponibilização na internet’. Ou seja, nós já estamos lá presencialmente ou
1480 parte da mesa e do público já estava presencialmente que seria a parte
1481 híbrida, a reunião deve ocorrer. Caso seja apenas online, não está
1482 dispensado, ou seja, ela não vai poder acontecer. Aqui teria cobertura desses
1483 casos. Atenderia? Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Tudo bem”.
1484 Presidente Thiago Figueiredo Santana: “É mais interessante, porque a luz do
1485 que é a aplicação e responsabilidade da execução de recurso público, você
1486 cancelar uma reunião que as pessoas se mobilizaram e tiveram todo um
1487 custo de mobilização, chega a ser temerário. Há uma responsabilização’”.
1488 Allan Mota (GPLAN): “E a reunião online, ela não vai acontecer, porque se
1489 acabado de uma pessoa, nós temos uma equipe acompanhando, então,
1490 outra pessoa pode iniciar reunião da continuidade. E na continuidade, eu

1491 coloco a sugestão do conselheiro Eduardo de que: ‘contribuições poderão
1492 ser encaminhadas posteriormente dentro de um prazo de 5 dias úteis’.
1493 Inclusive a gente já faz isso até nas consultas públicas”. Presidente Thiago
1494 Figueiredo Santana: “Mas é importante regulamentar”. Conselheira Maria
1495 Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Só para esclarecer, na nova
1496 redação mantém modalidade híbrida. Se é uma modalidade presencial e
1497 híbrida, a questão que justificaria dispensar a obrigação é a questão de
1498 inexistência de conexão. Como é que você vai manter a possibilidade de ser
1499 híbrida? Eu não estou entendendo a justificativa. Porque se ela é presencial
1500 e híbrida, significa que há uma Transmissão. É, pela internet, tanto é que foi
1501 falado aqui que for só híbrida, fica cancelado. É só para esclarecer, como é
1502 que é possível? É a questão de não ter uma conexão adequada para a
1503 Transmissão se ela está sendo presencial, híbrida”? Presidente Thiago
1504 Figueiredo Santana: “Na verdade, nas modalidades, presencial ou híbrida. Só
1505 para gente separar. A questão da híbrida, a gente está colocando essa
1506 prerrogativa é por um fato fortuito durante o evento. No caso de que se inicia
1507 o evento, com pessoas já no local, mais pessoas acompanhando online,
1508 então a energia cai. Eu vou dispensar as pessoas lá, mesmo tendo condições
1509 de fazer um processo de discussão, de esclarecimento, o computador tem
1510 bateria que eu consigo fazer para as pessoas que estão lá? Eu vou dispensar
1511 aquelas pessoas porque eu não conseguindo fazer Transmissão? Eu acho que
1512 é até um desrespeito com as pessoas que estão lá. Você imagina você sair,
1513 vão dar forma a gente exemplo velhas que Diamantina e veio para Belo
1514 Horizonte, Ouro Preto, Belo Horizonte para participar de uma reunião dessa.
1515 Então, para a transmissão e eu vou ter que cancelar a reunião por causa da
1516 disposição da Deliberação. Nesse caso ele estará respeitando o que vai estar
1517 documentado. Mas se coloca na condição do cidadão que foi lá, com o
1518 próprio curto. Eu vou fazer uma ponderação nesse artigo”. Maria Teresa
1519 Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Como fica a participação de quem é
1520 o vai estar participando da forma híbrida? Eles vão estar a mãe sem poder
1521 acompanhar a audiência pública. Esse é o ponto”. Presidente Thiago
1522 Figueiredo Santana: “Sim, mas a gente está tendo uma prerrogativa sobre
1523 um caso fortuito, não é para ser a regra geral. Acho que a gente está pegando
1524 a exceção como regra”. Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Thiago, vamos

supor que a audiência tenha 3 pontos diferentes. Só um ponto que cai a energia, então não há necessidade de cancelamento da audiência pública.

Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Não é isso Eduardo, a gente está falando que a audiência, ela está sendo realizada no local ou eu estou no plenário do Copam, pontos que estão distribuídos onde as pessoas podem ir. É outra situação. Eu estou falando que aqui no plenário do Copam onde eu estou, caiu a energia. Pessoas estão aqui e eu vou ter que mandá-las embora porque eu não estou conseguindo transmitir. A gente tem furto de cabo de rede a rodo! Quem trabalha com o setor sabe melhor do que eu. Roubam cabos todo dia, em vários locais da cidade. Algum infeliz fez um pacto aqui que afetou a região da Rodoviária. Eu não estou conseguindo transmitir, mas eu tenho energia, eu tenho pessoas, consiga apresentar! Eu vou ter que pedir às pessoas que estão presentes aqui na Rodoviária para irem embora, porque eu tenho que cancelar. Porque se eu não fizer isso, estarei desrespeitando a norma e haverá um vício no processo da audiência pública. Terá vício no processo. Eu teria que fazer uma outra reunião, com recurso público, e desrespeitando uma visão às pessoas que estão presentes aqui. Não que eu não estaria desrespeitando as outras pessoas, por não ter condições de transmitir, mas é um fato externo que eu lamento. É só essa ponderação que eu estou fazendo porque essa é uma norma que estabelece critérios que devem ser respeitados. E vícios no processo, e aí o Felipe é do Ministério Público, sabe muito bem à vista no processo é passível de judicialização e invalidação”. Conselheiro Felipe Faria de Oliveira (MPMG): “Exatamente”. Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Então eu sugiro, diante da fundamentação, que então se disse que no caso poderá ser dispensado para as mudas para a modalidade presencial. Porque aí já está estabelecido que aquela audiência pública na modalidade presencial. Que ficaria dispensado de ser transmitida em tempo real, caso haja um problema com a internet. Agora, dizer que é uma modalidade presencial e híbrida, o que significa que está se permitindo a participação na modalidade híbrida e que dispensar de transmitir por tempo real, significa é impedir quem optou pela modalidade híbrida. Então, no caso, eu entendo que deveria ficar só: ‘poderá ser dispensado da obrigação para a modalidade presencial, se verificada a inexistência. Porque aí é a modalidade

é presencial, mas tem a possibilidade de assistir em tempo real. Mas a modalidade é presencial daquela audiência pública. E aí não se incorre em questões de segurança jurídica, nem de questionamento. Agora, colocaram que a modalidade é presencial, híbrida. E quem optou pela híbrida, porque quem está presencial não pode ser prejudicado vai na contramão do objetivo de permitir ambas as possibilidades de participação. Então é melhor deixar só que poderá ser dispensada no caso de modalidade presencial, caso haja problema de internet. Se não houver problema de internet, é importante transmitir online. Embora, a presencial é a modalidade daquela audiência pública”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “E esse argumento seu até reforça a minha sugestão. A minha contribuição. Concordo com a Teresa. Eu acho que aí pode tirar o ‘híbrida’ e deixar a modalidade presencial”. Allan Mota (GPLAN): “É um impacto para quem tiver lá presencial, parado para participar da audiência”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Mas, você prevê uma audiência uma audiência e você não poder não transmitir. É muito estranho. Você pode colocar que fatores tecnológicos podem ocorrer”. Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Não, mas aqui está específico, poderá ser dispensado obrigação prevista na modalidade presencial. Entendeu? Ela poderá ser dispensada na modalidade presencial. Quer dizer, se por acaso é a online cair, a presencial continua a acontecer, é gravada e depois ela, é disponibilizada às pessoas. As pessoas assistem posteriormente e fazem as sugestões que acham que deveriam ter feito lá na hora, no momento”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Allan, deixa só eu colocar uma situação para você entender. O que que a Maria Teresa não é tão querendo colocar? No quarto coloca que “a disponibilização de som e imagem em tempo real’. Para o presencial, eu acho que está muito claro, ela é presencial e eu faço uma Transmissão no YouTube. Pode ocorrer algum problema. Agora, o híbrido, eu não posso dispensar. Pode ocorrer de eu não transmite por um problema externo, mas eu não posso dispensar, porque eu estou prevendo ela híbrida que agora eu entendi a colocação dos dois. Eu estou prevendo que ela é híbrida, então eu em momento algum eu posso dispensar. Pode ocorrer de não transmitir por um caso fortuito, imprevisto, justificado, ponderável e que o Comitê vai estar ciente disso. Eu não poderia dispensar a transmissão. O termo ‘dispensar’ é muito adequado

ao presencial, mas ele não é adequado ao híbrido. Eu espero ter conseguido compilar o que a Maria Teresa e o Eduardo colocaram”. Allan Mota (GPLAN): “ Eu entendi, acho que pode ser um prejuízo para quem já está lá presencial para participar. Ele está presencial e vai continuar presencial. Tem mais algum ponto que ficou”? Helena Lúcia Menezes (CRBio-04): “As contribuições que o Eduardo sugeriu, ele também ponderou que, caso o interessado, é só o prazo que importa? Não existe um outro critério, não? A pessoa tem que se identificar, tem que justificar. E eu me lembro que ele pontuou esses aspectos na hora que ele apresenta uma proposta de contribuições, no artigo 20, sobre as identificações”. Allan Mota (GPLAN): “Mas, aí, qualquer pessoa pode, mesmo participando no dia pode encaminhar depois considerações. Não tem problema nenhum. Quanto mais melhor”. Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “ A Helena tá falando o seguinte, contribuições com a identificação, poderão ser propostas pelo enquadramento dos corpos de água. A pessoa tem que identificar se não qualquer um manda anonimamente”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Não seria na deliberação, seria no edital da convocação”. Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “No artigo 20, a contribuições identificadas para propostas sobre o enquadramento dos corpos de água”. Allan Mota (GPLAN): “Já é o que nós fazemos hoje. Melhor que fica é como é que chama padronizado, cria um padrão”. Felipe Faria de Oliveira (MPMG): Vocês conseguem sistematizar as sugestões que são comuns, né”? Allan Mota (GPLAN): “Ficou um ponto para trás”? Felipe Faria de Oliveira (MPMG): “Eu estou lendo. Eu estava falando que a vantagem do formulário também é a questão da sistematização das sugestões que são afins”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “A Maria Teresa fez uma ponderação no artigo nono, que é a questão da formalização às Prefeituras e Câmaras Municipais dos municípios pertencentes a bacia hidrográfica. Eu só ia fazer uma sugestão que não seria o Igam. Porque o ator nesse processo é o Comitê da Bacia. No artigo nono a Maria Teresa proponho o seguinte, no caso, ela coloca o Igam: ‘o Igam formalizará convite às prefeituras e câmaras municipais de todos os municípios pertencentes a circunscrição hidrográfica ou bacia hidrográfica correspondente ao processo de enquadramentos de corpos d'água, com a recomendação expressa de divulgação no site diários oficiais destes órgãos

públicos e junto aos conselhos municipais de meio ambiente. Eu só ia sugerir que, ao invés do Igam, que o ator principal do processo é ‘o Comitê’, e até se aproxime dos Municípios. Que ele seria o responsável por esse convite. Não que o Igam não vá apoiar, de forma alguma”. Allan Mota (GPLAN): “Eu vou fazer uma referência aqui, porque, vejam só, aqui já diz no nono, que as autoridades locais deverão ser convidadas por meio de correspondência eletrônica, via SEI ou outro mecanismo online de correspondência, quando couber. E o décimo diz quem são os convidados da audiência pública. Já foi feito: prefeitos e Vereadores dos municípios que compõem a circunscrição ou Bacia Hidrográfica. Titulares e membros das câmaras técnicas do conselho, outros órgãos do poder público, empresas públicas e autarquias e prestadores de serviço, cujas funções população é possuir interesse com a qualidade das águas. Então só para a gente pensar num em uma adaptação que não fica em duplicidade com o que já tem no artigo 10. Allan, que eu tenha notado, seriam estes pontos que a Maria Teresa colocou. Todos já foram devidamente alinhados”. Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “No termo ‘nesses convidados’ eu acho que só poderia colocar, no inciso se colocar na sociedade em geral”. Allan Mota (GPLAN): Podemos colocar aqui também sem prejuízo de outros atores: ‘Serão convidados para participar da audiência pública, sem prejuízo de outros atores da Circunscrição Hidrográfica ou Bacia Hidrográfica. Esse ponto, que é também que Maria tinha colocado, era justamente especificar para efeitos e câmaras municipais”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Normalmente, eles gostam que os movimentos, as ONGs, sejam comunicadas”. Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Desculpem, eu tive problema de sinal. Eu consegui voltar. Quando eu propus aquilo, aquele acréscimo é porque no artigo nono, estabelece que o Igam publica no DOMG-e. Quando se propôs que o Igam também formalizasse às Prefeituras e Câmaras, era no sentido disso que foi falado agora, que é possibilitar que as prefeituras e câmaras já coloque isso visibilizado para aquela Bacia, colocando no seu site que houve essa convocação pelo Igam, para audiência pública. Pelo que eu vi, não é os CBHs que convocam audiência pública, segundo a proposta do DN, quem publicou edital é o Igam, então, o acréscimo desse inciso seria no sentido de que, junto

com a convocação publicada no edital, o IGN também formalizasse, através dos seus contatos, as Prefeituras. Mas, eu não acompanhei o restante da discussão. Se vocês entendem o outro artigo já com já contempla isso, então está tudo OK”. Allan Mota (GPLAN): “A gente mostra de novo aqui não tem problema. É porque já tem aqui Maria Teresa, no artigo nono, as autoridades locais deverão ser convidadas por meio de correspondência eletrônica, via SEI, ou outro mecanismo online de correspondência, quando couber. E aí o décimo trás: serão convidados para participar da audiência pública, sem prejuízo de outros atores da circunscrição, por Bacia. E o outro: prefeitos e vereadores dos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica ou Circunscrição’. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Alan, última ponderação da conselheira, ainda não foi discutida, é a questão do artigo 18, inciso III”. Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Organização. Seria de uma forma resumida, em vez da sequência a ser, cada inscrito tem 3 minutos e tem 2 minutos de um contraponto, fazer o bloco dos inscritos em até tantos minutos e, na sequência, acrescentar mais tantos minutos para que a equipe técnica possa então dar respostas específicas. Aquilo que foi apresentado pelos inscritos. Eu acho que isso otimizaria a participação dos inscritos e as respostas também”. Allan Mota (GPLAN): “Então, a sugestão seria fazer um bloco com todas as considerações dos inscritos e só depois responder. Isso só depois de um tempo estabeleceria para respostas aos inscritos. Porque às vezes não inscrito faz a mesma consideração que outro e que outro e aí a equipe técnica pode, nesse tempo que seria acrescentado na organização da audiência pública, o tempo para respostas às manifestações dos inscritos”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Você pode colocar, já pode colocar depois de cada, depois de até 3 minutos cada vírgula, em bloco, seguidas de respostas específicas de até 2 minutos. Aí até 2 minutos que você vai ter que você vai ter que fazer uma estimativa. Porque se tiver 30 pessoas fazendo perguntas em 3 minutos”. Allan Mota (GPLAN): “Eu vou colocar aqui para vocês o exemplo que nós tivemos nas nossas últimas consultas. Foram muitas consultas e a gente tentou fazer colocar nesse modelo, primeiro as todas as perguntas e depois, a equipe responde. Só que não funcionou muito bem, porque corre o risco de alguma pergunta não ser respondida. Alguma coisa

1695 que foi falando ali na hora e a equipe não pegou. E a pessoa que perguntou,
1696 às vezes tem algum problema de técnico na hora ou até mesmo na
1697 presencial? Eu já vi isso acontecer, a pessoa sai da sala quando vai ser
1698 respondido já não está mais. Mas o grande problema que eu vejo é, fez a
1699 pergunta e a resposta se perde, quando vai responder em bloco. Eu vou dar
1700 um exemplo para vocês: Maria Teresa colocou todas as considerações na
1701 hora de passar aqui, eu já havia me perdido, já não lembrava todas elas. E
1702 olha que eu fui anotando aqui e mesmo assim poderia ter ficado alguma para
1703 traz. Então nós preferimos manter assim: fez a pergunta, dá a resposta. E
1704 aqui no final da norma, tem um prazo estabelecido para que a equipe técnica
1705 possa fazer considerações gerais também, estabelecido em 5 minutos. Por
1706 que que esse tempo fechou assim? Se vocês observarem tem tempo de
1707 abertura, tempo de apresentação da técnica. Tudo com tempo. E todo esse
1708 escopo deu 3 horas, que já é muito. Nós temos que, passou de 3 horas,
1709 infelizmente passa a ser improdutivo. Várias pessoas começam a sair. Não
1710 poderíamos aumentar em 5 minutos? Poderíamos, mas eu acho que não vai
1711 ser produtivo”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Eu gostei
1712 do seu exemplo porque eu observo muito na televisão que quando um
1713 repórter vai fazer uma entrevista com alguém, ao invés de fazer uma
1714 pergunta ele faz duas. Aí o entrevistado diz que vai começar pela segunda e
1715 esquece a primeira”. Allan Mota (GPLAN): “Isso acontece com recorrência
1716 em palestras. Quando é perguntado em bloco ficam perguntas sem resposta,
1717 eu vejo muito. Ou então a pessoa que perguntou dizer assim: mas não foi
1718 bem isso que eu perguntei. Só que ele já perguntou, já tem um tempo, já
1719 misturou com tantas outras perguntas que infelizmente, já passou”.
1720 Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “É isso aí dependeria muito
1721 da pessoa falar assim. Já foi atingido na minha pergunta e abrir mão do
1722 espaço tempo dele”. Allan Mota (GPLAN): “Então, a minha sugestão, assim
1723 pensando muito em todas as consultas que nós já passamos, seria manter da
1724 forma que está. Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto
1725 Guaicuy): “É nenhuma. É porque na realidade, esse formato faz com que a
1726 consultoria técnica, mas a introdução já dá um 1 hora e 15. Nos 60 minutos
1727 que envolve tanto os 3 minutos de carro bem escrito quanto mais 2 minutos
1728 da parte técnica já amplia para a parte técnica, eu fiz aqui um cálculo, ser 100

minutos, daria para 20 pessoas falarem em 3 minutos. O restante, que são 40 minutos de novo, é parte técnica. Eu estou falando do lugar de cidadão que participa muito tempo de audiências públicas. Então, a parte técnica que teve todo um tempo para um monte de conhecimento, que está ali sendo, ela fica com muito tempo numa audiência pública e quem está ali para poder fazer considerações ou trazer questionamentos, o tempo é muito reduzido. Então, as vezes a gente faz assim, combina 5 pessoas numa sequência, porque o que você tem que passar ali é um contexto que tem uma lógica e uma sequência de questionamentos. Combina de se inscrever na ordem para que um comece e próximo dê sequência, outro da sequência que nós só temos 3 minutos. E o que acontece é que além da uma hora que a equipe técnica tem para expor todo o trabalho, ainda fica mais, no mínimo, 40 minutos, fora os 15 iniciais, fora as considerações finais na fala e menos tempo para a sociedade é poder é fazer as suas manifestações. Era só por isso que a proposta tinha sido para tentar ver se haveria ampliação da possibilidade de participação. Inclusive porque agora não se considera, por exemplo, para organizações formatadas ou com CNPJ, como movimentos ou não como coletivos, um tempo maior com era na antiga DN das audiências públicas para licenciamento, que era 5 minutos, porque aí daria um tempo para construções com mais conteúdo de questionamento a processos técnicos e esse de enquadramento, é muito processo técnico. É só isso. Mas se desentendem que não é possível, eu só deixo manifestado”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “Eu posso dar uma sugestão, Teresa, a gente pode diminuir, porque na verdade, a consultoria, quando ela vai apresentar os slides dela, ela tem que ser concisa. Ela não pode ficar enrolando. Entendeu? Então o que a gente pode tentar ver aqui, é se pode diminuir o tempo dela, disposição e aumentar o tempo de questionamento. O tempo geral fica o mesmo, mas a distribuição do tempo fica mais e mais equilibrada. Ao invés de 60 minutos, passa para 45”. Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Acho uma boa proposta”. Allan Mota (GPLAN): “Pode ser feito aqui. Propõe-se 60 minutos para as apresentações feitas até hoje nas oficinas e consultas públicas. 60 minutos era necessário. É possível fazer em menos? É! Só que a gente tem que lembrar que é enquadramento de uma vida inteira. Então, tem que passar

por vários trechos para que a pessoa tenha condição de visualizar o seu ponto na bacia. Tem que apresentar qual é a progressão, as metas desse enquadramento para o período de 20 anos, o que é esperado dessa audiência, um resumo das etapas anteriores e de novo, que é exatamente vocês falaram, é um processo muito técnico. Encurtar demais a fala dos técnicos vai gerar muita pergunta, porque aí sim as pessoas não vão ter entendido para possivelmente isso pode acontecer ou não terem entendido muito a proposição e aí vai gerar uma série de perguntas”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “O Alan eu até concordo com você numa parte, mas eu vou te dizer o seguinte: o que mais a gente costuma ver é a pessoa mostrar um slide e ler o slide. Ele não fala, eu não preciso de ler os slides. Ele tem que falar, entendeu? Então, entre eu falar, se eu for ficar lendo slide, vou gastar 1 hora. Agora, se eu mostrar o slide, e explicar alguma coisa verbalmente, não está escrito no slide, eu estou esclarecendo exatamente esses pontos técnicos. É, quer dizer, isso aí é uma técnica de apresentação que nós, infelizmente, temos uma prolixidade muito grande. Acaba que a gente perde tempo com isso, até confunde um pouco as pessoas, é a respeito disso. Mas eu acho que, se colocar a exposição do tema em 45 minutos e passar os 15 minutos para as perguntas, é uma coisa razoável. Não acho que seja tão contundente, não”. Allan Mota (GPLAN): “Fica a critério de vocês”. Helena Lúcia Menezes Ferreira (CRBio-04): “Oh Allan, o que é disponível disponibilizado previamente”? Allan Mota (GPLAN): “É o relatório de alternativas de enquadramento. Nesse relatório tem as opções de enquadramento dos trechos que vão ser trabalhados naquela bacia. E nessas opções tem as metas, os parâmetros de qualidade que estão sendo observados, os valores em custo disso é importantíssimo a gente saber que existe esse custo. Vai ser chegar naquela classe, então toda a técnica e custo necessário para se chegar naquelas opções alternativas de enquadramento”. Helena Lúcia Menezes Ferreira (CRBio-04): “Perfeito. Então apresentação essa exposição é uma síntese de todo esse documento, que previamente foi entregue e os interessados tiveram ciência. Então, de repente o tempo de 60 minutos é muito. Porque não vai ser em 60 minutos e nem em 120 que eles vão dar conta de entender todo esse relatório. Os interessados devem ter de debruçado previamente. E aqui vai ter uma síntese do que foi apresentado.

1797 Eu acho que o tempo de 60 pode ser reduzido”. Allan Mota (GPLAN): “Se tem
 1798 três pessoas dando essa sugestão, vamos comprar. E aí passa a 15 minutos a
 1799 mais aqui”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Ficou mais harmônicos
 1800 Maria Tereza. Alguma posição”? Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo
 1801 (Instituto Guaicuy): “Está OK”! Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Bem,
 1802 eu acho que dentro de tudo que foi proposto desde a proposição do Felipe e
 1803 das proposições da Maria Teresa, eu acho que a gente conseguiu harmonizar
 1804 algumas ações. Eu gosto de falar essa frase, senhores, essas normas são
 1805 mutáveis a partir que a gente vai angariando experiência nessas ações. Elas
 1806 não são os 10 mandamentos talhados em pedra. Então assim, eu acho que
 1807 aprimoramentos futuros nas normas, a gente sempre vai acolher e eu acho
 1808 que está sendo bom, porque desde o começo que a gente pautou essa
 1809 discussão, muitas pessoas disseram: vamos baixar em diligência etc.. Mas, eu
 1810 acho que a gente conseguiu construir, trocar experiências aqui que a gente
 1811 está chegando em algo para a gente poder trabalhar. Eu queria só elogiar
 1812 esse trabalho de vocês aqui. Poder contribuir nesse processo, acho que é
 1813 muito importante, a vivência de outro, principalmente de quem traz algumas
 1814 questões do licenciamento ambiental, que já tem esse processo já muito
 1815 bem estabelecido. Elogiar esse trabalho dos senhores conselheiros”. Allan
 1816 Mota (GPLAN): “Eu queria falar exatamente isso mesmo, que é a posição
 1817 assim é algo que vai estabelecer procedimentos, que vai ser seguido em
 1818 todos os processos e a participação e poder discutir isso aqui é importante.
 1819 É lógico que a gente vai defender alguns pontos da parte técnica de que a
 1820 gente vivencia, mas é do ponto de vista, de apenas apresentar uma opção do
 1821 que a gente observe. Então, quando tem essa recepção de vocês e alterar e
 1822 discutindo, ponto a ponto aqui, eu considero muito bom! Bem melhor do
 1823 que apenas trazer isso aprovado, eu acho que é ótimo trazer esse consenso.
 1824 Só mais uma coisa aqui, não querendo voltar no item, mas o Vladimir, da
 1825 Assessoria está dizendo aqui que não na DN do Copam de Audiências
 1826 Públicas, a previsão são 15 dias de publicação o IOF. Então, vocês discutiram
 1827 mais cedo, eu já estava aqui na reunião aguardando de equiparar os prazos.
 1828 É ele trouxe essa indicação para gente que no Copam, para Licenciamento
 1829 Ambiental, são 15 dias de antecedência para publicação no IOF”.
 1830 Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de BH): “O Allan, eu não sou

advogado, mas se você for olhar lá na ementa da Deliberação. Volta lá no início por favor. A ementa é a síntese do que vai ser tratando de audiência pública em geral. Aqui estamos tratando de Audiência Pública no âmbito do processo de enquadramento dos corpos de água. Quer dizer uma coisa muito específica. Eu até falei na hora que a Tereza comentou, eu falei da resolução que existe no Conama, sobre Audiências Públicas, mas eu, aquilo ali é uma referência. E a gente não pode se afastar dela, mas não é na questão de prazos, como se trata de uma audiência pública e específica, cujo objeto é enquadramentos de Corpos de Água, eu acho que poderia ser feita essa a modificação. Agora os advogados é que estão com a palavra e para poder contrariar ao não”. Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Eu gostaria de fazer uma justificativa. Reparem, um licenciamento geralmente envolve um município ou, de repente, 2 municípios. Nós estamos falando de enquadramento de uma bacia hidrográfica que envolve, salvo essa sessão ou casos muito de pouco de um território muito pequeno, Bacias Hidrográficas envolvem uma complexidade no sentido do enquadramento de cursos d'água de vários municípios maior onde a própria mobilização ou divulgação daquilo que está ali colocado não demanda tanto tempo num sentido, se for essa questão de comparar processo de licenciamento com o que estamos tratando aqui, que é enquadramento dos corpos d'água de uma bacia, de uma circunscrição de bacia hidrográfica”. Allan Mota (GPLAN): “Sem problema nenhum. A gente nem precisa de novo discussão aqui do tempo, não. Mas é importante colocar essa informação, já que ela chegou a gente tinha que colocar”. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): Eu coloquei até no chat, mas porque eu não estava podendo falar na hora, sobre esse argumento exatamente esse argumento da Teca que eu concordo. É um procedimento que é afeta à todos naquela bacia empreendimentos que já estão, entendimentos que viram, concordo com a ideia de ampliar o prazo e também de, nos convites, colocar também, porque eu vi que tem muita coisa pública, é conselho que tem essa natureza pública, é Prefeitura, é órgão público, é tudo público, do público e a gente já passou por situações e aí eu estou falando pela Faemg, a gente já passou por situações que a entidade de classe representativa, de produtor rural e o produtor rural no município é o último a saber. Decidem fazer um Monte de

1865 coisa na propriedade do cara e conta para ele na última reunião. Ai a gente
1866 sai quente em cima, encontra tudo contra todos, não tem jeito, não
1867 participou de nada. Recentemente teve um procedimento assim. E é nos
1868 convites fosse feito convite, primeiro a todos os outorgados porque a gente
1869 usa água da bacia. Os usuários outorgados a água na bacia e também a todas
1870 as entidades representativas privadas. Setor produtivo, entidades
1871 representativas para também não ficar falando todos os empreendimentos
1872 que é difícil de alcançar todos, mas no mínimo as entidades, principais
1873 entidades representativas do setor produtivo em geral, em Minas Gerais e
1874 na região. Eu queria fazer essas colocações, que desculpa, mas assim falar
1875 para Público não significará para município Secretaria de do município, não
1876 significa falar para o setor produtivo. Então, eu queria pedir essa colocação
1877 desses convites lá naquele artigo lá que fala, convidar Poder Público,
1878 conselho. Quero colocar isso também. Familiar não, familiar de cultura, setor
1879 produtivo, indústria. Eu acho que todos. O enquadramento, a Maria Teresa
1880 falou muito bem, é uma coisa que vai afetar todo mundo, é uma coisa
1881 importante porque está ciente, participar, saber em que implica. É uma coisa
1882 que é muito pouca gente, sabe, ninguém sabe, ninguém tem direito esse
1883 negócio de engajamento vai acontecer qualquer consequência. Então tem
1884 que participar mesmo e tem que ser convidado. Porque as pessoas têm que
1885 entrar no site para olhar alguma coisa”. Presidente Thiago Figueiredo
1886 Santana: “Eu vou fazer uma ponderação. Como o responsável pelo convite
1887 ao Comitê pode convidar quem ele tivesse acesso, e aí eu vou citar uma
1888 dificuldade que a gente tem hoje, sobre a questão da Lei Geral De Proteção
1889 de Dados. Eu hoje eu não posso passar a minha base de dados diretamente
1890 para o Comitê de bacia dos dados de endereço, CPF, CNPJ. Isso é uma
1891 restrição da Lei Geral De Proteção. Nem e-mail, nem telefone, CPF. Então, é
1892 só para ter uma noção que ele não terá acesso a esses dados. Ele não tem
1893 acesso a essa informação. Ele sabe que existe uma portaria de outorga x, na
1894 coordenada tal, finalidade tal. Mas, isso é uma questão que é um dificultador
1895 para isso que você colocou, de convidar todos os usuários de outorgados. Eu
1896 acho que talvez seria prudente até corroborando com esse aspecto que você
1897 coloca, em um convite às entidades representativas dos setores produtivos
1898 da bacia. E aí sim, as entidades como Faemg, Fetaemg”. Conselheiro Eduardo

1899 Tavares (Prefeitura de BH): “Eu diria os setores organizados da bacia”.
 1900 Conselheira Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “Eu diria não
 1901 só os produtivos, porque tem a sociedade civil, as organizações
 1902 comunitárias”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “O Allan, vamos
 1903 formatar somente o inciso no artigo décimo, ‘para esse serviço somente os
 1904 segmentos organizados e produtivos e civis”. Conselheiro Eduardo Tavares
 1905 (Prefeitura de BH): “Isso! Assim está ótimo. Aí atende todo mundo”.
 1906 Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Atende todo mundo. Eu só queria
 1907 explicar essa questão do usuário outorgado, porque há esse dificultador.
 1908 ‘Entidades representativas dos setores produtivos e da sociedade civil com
 1909 atuação na Circunscrição Hidrográfica ou Bacia Hidrográfica. Perfeito!
 1910 Senhores, após todo esse processo nosso de elaboração, coloco a proposta
 1911 alterada, conforme a reunião em regime de votação”. **Norma aprovada!**
 1912 Votos favoráveis: Segov, Seapa, Sede, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de
 1913 Belo Horizonte, FIEMG, FAEMG, Copasa, CRBlo-04, Instituto Guaicuy, ICA-
 1914 UFMG. Abstenção: Ibram (Justificativa: Bom, primeiro, toda essa questão
 1915 que foi discutida, eu gostaria de fazer um pequeno contexto, só vou citar:
 1916 audiência pública e consulta pública. Primeira, o que está sendo tratado a
 1917 nível regional, a nível de bacia, a base está sendo de uma audiência pública,
 1918 ou seja, não são os mesmos atores, não é a mesma circunscrição, há uma
 1919 série de necessidades de informações a mais e menos. Como vem sendo
 1920 conduzido de forma de uma audiência pública propriamente, eu acho que
 1921 não enquadra em uma metodologia de bacia que nós estamos propondo.
 1922 Segundo, essa questão que está ocorrendo numa série de situações em que
 1923 os próprios Comitês de Bacia, promovendo uma questão específica de
 1924 consulta pública, nesse segmento. A forma como está sendo conduzida
 1925 também, eu acho que tem uma outra nuance. Havendo um dispêndio de
 1926 tempo, recursos e tudo mais poderiam parei ser desenvolvidas
 1927 posteriormente. É um comentário que eu faço, por razões que muita gente
 1928 pode não concordar. Mas, é um ponto de vista meu. Outra questão que às
 1929 vezes se esquece, quando está se defendendo tudo isso é só as possíveis
 1930 falhas. Eu vinha notando alguma coisa, só as possíveis falhas quando da
 1931 apresentação do processo, ou seja, o envolvimento disso numa determinada
 1932 da audiência, pode conduzir a um fator ou pode conduzir a outro, depende

muito de quem vai conduzir. Depende muito de quem vai é coordenar tudo
 isso. Acho que nesse caso específico dessas situações que nós estamos
 definindo como audiência pública, é muito mais do que audiência pública! É
 um planejamento regional de utilização de recursos que se interligam. Não é
 bem audiência pública. Bem, em função disso, quando tiver um tempo, se
 tiver oportunidade, gostaria de fazer uma exposição mais detalhada. A
 minha vida inteira, venho trabalhando exatamente no que está se propondo
 e eu acho que nós temos um caminho que não é um caminho que vai
 conduzir de uma forma é equânime para todos. Era isso, obrigado.
 APROVADA. Ausentes: MPMG, Seinfra, Prefeitura de S. João do Manteninha,
 Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Siamig, CREA-MG, UFU.
Item 4.4 Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG, que define os
critérios para a regularização do uso de água subterrânea nas
Circunscrições Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras
providências - SEI/Nº 1370.01.0014974/2021-74. Apresentação:
Igam/Unidade Regional de Gestão das Águas Central Metropolitana -
Urga/CM. Minuta de Deliberação Normativa requerida vistas pelos
 conselheiros Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, representante do
 Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas e Néelson Cunha Guimarães,
 representante da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa).
 Justificativas: Maria Teresa Viana de F. Corujo (Instituto Guaicuy): “O
 Instituto Guaicuy pede vistas, a gente leu a minuta e temos muitas dúvidas e
 precisamos compartilhar com conselheiros, com pessoas, por que se trata de
 uma Deliberação Normativa que interfere nas questões de outorgas de águas
 subterrâneas”. Conselheiro Nelson Cunha Guimarães (Copasa): **Item 5.**
PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE DECISÃO DE
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS: 5.1 Paraopeba
 Participações Ltda./Fazenda HZ-02 - Curvelo/MG - Arquivamento do
 Processo de Outorga nº 04961/2018 - SEI/Nº 1370.01.0047721/2020-63.
 Apresentação: Igam/Unidade Regional de Gestão das Águas Central
 Metropolitana - Urga/CM e Igam/Núcleo de Auto de Infração. Processo
 requerido vistas pelos conselheiros Denise Bernardes Couto, representante
 da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Ana Paula
 Bicalho de Mello, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do

1967 Estado de Minas Gerais (Faemg); João Carlos de Melo, representante do
 1968 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Jadir Silva de Oliveira,
 1969 representante do Sindicato das Indústrias do Açúcar no Estado de Minas
 1970 Gerais (Siamig); Rayssa Cordeiro Figueiredo, representante do Conselho
 1971 Regional de Engenharia e Agronomia (Crea/MG). **Justificativas:** Denise
 1972 Bernardes Couto (Fiemg): “Peço vistas para analisar melhor o processo”; Ana
 1973 Paula Bicalho de Mello (Faemg): “O pedido de vistas se deve a mesma
 1974 necessidade de avaliar melhor o processo”; Jadir Silva de Oliveira (Siamig):
 1975 “A justificativa é para se fazer uma análise melhor do indeferimento do
 1976 recurso, eu queria ver mais detalhes”; Rayssa Cordeiro Figueiredo
 1977 (Crea/MG): “A mesma, para analisar melhor a documentação”, João Carlos
 1978 de Melo (Ibram): “O intuito do pedido de vistas é exatamente sobre o que
 1979 foi comentado, uma avaliação mais detalhada, em razão de ser específica
 1980 desse processo, ter sido recusado.” Presidente Thiago Figueiredo Santana:
 1981 “Conselheira Maria Teresa, você tinha levantado a mão. Alguma posição
 1982 sobre esse processo?” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo
 1983 (Instituto Guaicuy): “Eu queria aproveitar e saber, em relação ao pedido de
 1984 vista do item 4.4, como é que foram conduzidos os grupos de trabalho ou o
 1985 grupo que escreveu a minuta. Os elementos que houve posicionamentos
 1986 técnicos ou embasamentos, eu formalizo isso através de e-mail, como é que
 1987 eu faço?” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Bem, eu posso até fazer
 1988 um questionamento aqui na reunião, tendo em vista que a Isadora participou
 1989 como representante técnica do grupo, como representante do Igam. Então
 1990 eu queria perguntar se tem essa documentação de registro das reuniões do
 1991 grupo de trabalho, Isadora?” Conselheiro Antônio Geraldo (Prefeitura de
 1992 Patrocínio): “Eu participei e o Guilherme da Faemg também, nós fizemos
 1993 parte da coordenação. Conselheira Rayssa Cordeiro Figueiredo (Crea/MG):
 1994 “Eu também participei do GT”, Conselheiro João Carlos de Melo (Ibram): “O
 1995 Ibram também participou”. Jeane Carvalho (Igam): “Thiago boa tarde, boa
 1996 tarde a todos. Temos sim, temos um processo SEI com toda a documentação,
 1997 com as Atas de reunião, tem o relato final da relatoria. Podemos encaminhar
 1998 para a Conselheira, porque temos tudo documentado”. Conselheira Maria
 1999 Teresa Viana de Freitas Corujo (Instituto Guaicuy): “Eu vou enviar um e-mail
 2000 requerendo acesso ao processo, para ter conhecimento dos documentos que

embasaram a minuta da DN.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães (Copasa): “Thiago, acho que eu gostaria de fazer um pedido de vista, não é do desse item 4.4, o motivo é só analisar melhor as discussões do grupo em relação ao artigo oitavo. Nós temos uma preocupação é com poços aluviáveis que nós temos, esses poços, eles têm uma recuperação de minutos e eles têm operação de 24 horas. E ele tem uma restrição. Eu gostaria de analisar melhor. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Só fazer uma colocação, a gente já tinha até passado pelo ponto, o Nelson até fez a justificativa do item, eu questiono aos conselheiros, porque eu não vi redação regimental sobre isso. Se eu posso ceder também a Copasa o pedido de vistas, alguma objeção dos conselheiros? Com conforto de todos vocês serem favoráveis. E a justificativa colocada no item 4.4 também inserimos a Copasa com um pedido de vista. Só passar uma informação para Maria Teresa, toda a documentação, incluindo os relatórios, atas, eles estão no processo SEI e Secretaria executiva vai até se adiantar e por link no chat para a senhora poder ter acesso. Conselheira Denise Bernardes Couto (Fiemg): “Eu queria só um esclarecimento, até para não haver confusão. Uma vez aqui que todos, né? Vários conselheiros pediram vista do item 5.1, para não haver confusão, tendo em vista que aqui o prazo é diferente do Copam, eu queria que a Secretaria executiva nos falasse até quando nós temos que entregar (cada entidade) o seu relato de vista, para não perder prazo. Da última vez que eu pedi vista, eu até perdi o prazo. Eu pude me manifestar aqui, mas eu perdi meu prazo para apresentação, não fique prejudicada por que eu pude apresentar oralmente, mas eu queria saber, para poder apresentar ainda mais, porque agora vem Carnaval aí e essa questão de recesso, então até que dia que a gente tem para apresentar esse relato de vista, cada entidade apresentar seu. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Obrigado Denise, eu acho que é importante isso até para ter clareza por causa dos feriados, pontos facultativos, etc., que venham a ocorrer. Eu vou pedir a Secretaria para fazer essa contagem de data. Serão 10 dias úteis a partir de hoje, eles estão fazendo a contagem e vão expor para nós aqui a data assertiva da entrega do relato. Mas ótima colocação Denise, eu acho que poderia ser até regular isso nas reuniões nossas, para gente já poder colocar na agenda do celular. Conselheiro Jadir Silva de Oliveira (Siamig): “Presidente só uma

consulta, a gente não pode tentar junto à eu não sei por qual canal, para igualar o tempo de vista com os demais conselhos do Copam, da CNR do Copam, enfim, daqui 10 dias você já está com um parecer para uma reunião que poderá acontecer daqui a há 3 ou 4 meses. Então, eu acho que se é possível analisar a possibilidade de igualar essa situação no regimento, seria muito interessante. Não sei se os demais aí concordam com essa situação, porque realmente na última reunião eu também havia feito pedido de vista, juntamente com a com a Fiemg e nós perdemos o prazo, por uma analogia direta de que poderia ser depois. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Compreendo conselheiro, e já em prol dessa harmonia de prazos entre os 2 conselhos, já está sendo proposta uma revisão do regimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para harmonizar os prazos com o do Copam, isso deve entrar em breve na pauta do Plenário do CERH/MG. Então já vai vir uma proposta, já esses prazos. *Thiago ficou sem som*. Bem como eu estava dizendo, já há uma proposta em elaboração de uma minuta de deliberação que altera o regimento interno atualmente vigente pela deliberação normativa número 44, padronizando os prazos de atuação dos conselhos. Então a gente quer trabalhar de uma forma harmônica e integrada. Não unificada, mas que gere menos ruídos de datas e, etc., para facilitar a atuação de todos vocês, já que vários de vocês estão nos 2 conselhos. Então a gente espera pautar isso em breve no Plenário do CERH, talvez em março ou em junho são as reuniões ordinárias previstas. Conselheira Rayssa Cordeiro Figueiredo (Crea/MG): “Thiago você repete, por favor as instituições que pediram vistas do item 5 da pauta”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “do item 5.1 foram Crea, Ibram, Faemg, Fiemg e Siamg.” **6) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. Temos um inscrito externo para os assuntos gerais. Conselheiro João Carlos de Melo (Ibram): “Eu já me manifestei Presidente”. **7) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

2069

2070 **Thiago Figueiredo Santana**

2071 Presidente da Câmara Normativa e Recursal